

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**LEANDRA PEREIRA DA SILVA**

**PARA UMA REALIDADE COMPLEXA, UM OLHAR PLURAL:  
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO  
SEMIÁRIDO**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA  
2014**

**LEANDRA PEREIRA DA SILVA**

**PARA UMA REALIDADE COMPLEXA, UM OLHAR PLURAL:  
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO  
SEMIÁRIDO**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

**ORIENTADOR: GILDÁSIO SANTANA JUNIOR**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA  
2014

Elinei Carvalho Santana – Bibliotecária CRB-5/1026  
UESB - Campus de Vitória da Conquista-BA

*Com muito carinho dedico este trabalho à minha família pela confiança na minha capacidade. Ao CEDASB e às famílias do semiárido por ser a inspiração que motivou a construção deste trabalho.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida, presença incontestável e demonstração de amor gratuito e infinito.

Aos meus pais Clemência e Adonias, às minhas irmãs Sandra e Elizene pelo amor, apoio e confiança de sempre e por me ajudarem com a coleta de dados e informações que somaram na construção deste trabalho.

A UESB, sua direção e administração que oportunizaram a conclusão de mais uma etapa importante da minha vida.

Aos professores do Colegiado de Economia e colegas de curso pelo companheirismo, convívio, compreensão e pela amizade construída para além dos espaços da universidade.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Gildásio, pelo exemplo de dedicação ao trabalho, pela parceria, pela generosidade em partilhar conhecimentos, pelas orientações e incentivos.

Ao CEDASB, organização pela qual tenho admiração, por me permitir o contato direto com o tema convivência com o semiárido e pela contribuição irrestrita na construção deste trabalho.

Aos amigos e amigas que direta ou indiretamente contribuíram para a minha chegada até aqui, minha eterna gratidão.

*“É no semiárido que a vida pulsa, é no semiárido que o povo resiste”.*

*(autor desconhecido)*

## **RESUMO**

Este trabalho analisa as iniciativas da Articulação Semiárido (ASA) na promoção de ações para a convivência com o semiárido brasileiro. Especificamente, busca explicitar a eficiência/eficácia da atuação da entidade tendo como unidade de estudo a comunidade Sobrado, no município de Encruzilhada – Ba, no período de 2003 a 2013. O fenômeno da seca atravessa a trajetória histórica deste espaço dificultando a perenização de atividades econômicas tornando-o um ambiente complexo. Assim, é de relevância ímpar o estudo dos fenômenos econômicos e sociais dessa região. Observando a trajetória de exploração/modelo de desenvolvimento adotado no semiárido percebe-se a opção por práticas inseridas na vertente do combate à seca, onde suas ações estão ligadas ao surgimento da grande propriedade privada, distribuição de água com carros-pipa; construção de grandes barragens financiadas pelo Estado, investimentos em monoculturas etc. Como resultado, instituiu-se um grande negócio, a

“indústria da seca”. Um negócio que recebeu elevadas quantias de verbas públicas, beneficiando oligarquias em detrimento dos que realmente eram afetados pelas secas. Tais ações se mostraram incompatíveis com a realidade da região, provocando uma crise nesse paradigma fazendo emergir um novo: a convivência com o semiárido. Os formuladores dessa proposta têm origem na sociedade civil, movimentos sociais e alguns órgãos públicos de pesquisa e extensão que atuam na região. Dada a necessidade de propor, desenvolver e executar ações nessa vertente, nasce em 1999 a ASA, um fórum que congrega uma série de organizações da sociedade civil. Com isso, torna-se necessário entender se a perspectiva da convivência não colabora ainda mais com a reprodução da miséria e de processos políticos excludentes. O referencial teórico utilizado foi o aporte da economia plural desenvolvido por Karl Polanyi, que considera os princípios econômicos reciprocidade e domesticidade no mesmo patamar do mercado e do estado. Os procedimentos metodológicos foram revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso. A realização da investigação permitiu considerar que existe uma economia não necessariamente de mercado, entrelaçada por princípios não puramente econômicos, mas que contribuem com a dinâmica econômica. Foi constatado um forte impulso no sentido da reciprocidade, especialmente voluntariado e doação, o que dá consistência à associação voluntária. Verificou-se ainda o papel da ASA na geração de bens e serviços, contribuído para a geração e distribuição de renda nas comunidades. O conjunto de ações da entidade tem possibilitado uma transição paradigmática do “combate à seca” para a “convivência com o semiárido”. Uma transição lenta, mas que tem provocado transformações na forma como o semiárido é concebido, na forma como são desenvolvidas as políticas públicas, no desenvolvimento de estudos sobre o tema e no desenvolvimento de tecnologias adequadas à região. A política de convivência não é um processo exógeno, é um processo protagonizado pelo povo, articulando participação social e iniciativas que resultam em melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Economia Plural. Desenvolvimento Socioeconômico. Convivência com o Semiárido. ASA.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Espaço geográfico do semiárido brasileiro.....	20
<b>Figura 2</b> – Cisterna de placas de 16 mil litros do P1MC.....	39
<b>Figura 3</b> - Utilização da bomba manual para retirada de água da cisterna.....	39
<b>Figura 4</b> – Cisterna Calçadão.....	40
<b>Figura 5</b> – Cisterna de enxurrada.....	41
<b>Figura 6</b> – Bomba BAP.....	42
<b>Figura 7</b> – Barreiro Trincheira.....	43
<b>Figura 8</b> – Tanque de Pedra.....	43
<b>Figura 9</b> – Construção da barragem subterrânea.....	44
<b>Figura 10</b> – Barragem subterrânea concluída.....	45
<b>Figura 11</b> – Canteiro Econômico.....	46
<b>Figura 12</b> – Mapa do município de Encruzilhada /Ba.....	59

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Número de municípios que compõem o semiárido.....	19
<b>Quadro 2</b> – Economia Plural, segundo Polanyi.....	27
<b>Quadro 3</b> - Rearranjo dos princípios econômicos.....	31

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS - Agentes Comunitários de Saúde
ASA – Articulação Semiárido
CC – Comissão Comunitária
CE – Coordenação Executiva Estadual
CEDASB - Centro de convivência e Desenvolvimento Econômico do Sudoeste da Bahia
CEM – Comissão Executiva Municipal
CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco
COOPASUB - Cooperativa Mista Agropecuária dos Pequenos Produtores Rurais do Sudoeste da Bahia
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
GAPA - Gestão de Água para Produção de Alimentos
GRH - Gerenciamento de Recursos Hídricos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INSA - Instituto Nacional do Semiárido
IOCS - Inspetora de Obras Contra a Seca
ISFA – Instituto de Formação Cidadã São Francisco de Assis
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas
PIMC – Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PP – Partido Progressista
PSD – Partido Social Democrático
PSDC – Partido Social Democrático Cristão
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SINSERV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vitória da Conquista e Região Sudoeste da Bahia
SSMA - Sistema Simplificado de Manejo de Água
SPPR - Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais (SPPR)
SPR - Sindicato dos Produtores Rurais
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TRE/BA - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia  
UEs - Unidades Executoras Locais  
UGMs - Unidades Gestoras Microrregionais  
UGT - Unidade Gestora Territorial

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho visa analisar as iniciativas da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) na promoção de ações para a convivência com a região semiárida do Brasil, no período de 2003 a 2013. Os objetivos específicos buscam: caracterizar a região semiárida, discutir o conceito de economia plural como categoria analítica das relações socioeconômicas, explicitar o funcionamento da ASA e analisar a efetividade das ações de convivência com a seca na comunidade Sobrado, no município de Encruzilhada – Ba.

A reflexão sobre a realidade do semiárido brasileiro justifica-se pela relevância do objeto estudado. Trata-se de uma região que ocupa uma área de 982.563 km<sup>2</sup>, correspondente a quase 20% do território nacional e 54,32% da região Nordeste. Comparando com a área ocupada por alguns países, o território ocupado pela região é três vezes o tamanho da Itália e uma vez e meia a área da França.

A delimitação do semiárido brasileiro que trabalhamos nesta monografia obedece às definições da Lei Complementar 125/2007. Dessa forma, compõem o semiárido 38 municípios de Alagoas, 265 da Bahia, 150 do Ceará, 85 de Minas Gerais, 170 da Paraíba, 122 de Pernambuco, 127 do Piauí, 147 do Rio Grande do Norte e 29 de Sergipe, totalizando 1.133 municípios. Em termos demográficos, a região semiárida é considerada a mais populosa do mundo, possuindo uma população de 22 milhões de habitantes, aproximadamente. Neste espaço, são expressas diversas realidades, porém todas as variações se caracterizam climaticamente pela irregularidade da chuva, seja no tempo, seja na distribuição geográfica, pela precipitação pluviométrica inferior 800 milímetros/ano; pelo índice de aridez; pelo elevado risco de seca (PEREIRA JÚNIOR, 2007).

O fenômeno da seca enfrentado pelo povo do semiárido atravessa a trajetória histórica desse espaço dificultando a perenização de atividades econômicas e consumindo elevadas quantias de verbas públicas, tornando-o um ambiente complexo.

Diante dessa complexidade, é de relevância ímpar o estudo dos fenômenos econômicos e sociais dessa região a fim de contribuir com o debate vigente sobre o tema. Ademais, o trabalho encontra adequação ao grau de estudo adquirido ao logo do curso de Ciências Econômicas, especialmente por meio do conteúdo de disciplinas, como por exemplo, História do Pensamento Econômico, Economia Política, Economia Brasileira, Economia Baiana, Política e Planejamento Econômico etc, como também por dispor de aptidão pessoal para lidar com o tema escolhido por ter crescido nessa região e por trabalhar há algum tempo nos projetos da ASA. Dessa forma, todos esses fatos justificam o estudo em torno da temática.

A região semiárida traz consigo uma identidade para além do clima e bioma. É composta por elementos que vão além das concepções físicas e naturais. Malvezzi (2007, p.9) diz que “o semiárido também é povo, música, festa, arte, religião, política, história. É um processo social”.

Conceber o semiárido na sua totalidade consiste em um dos principais desafios a ser vencido pelas ações do estado e da sociedade. Com isso, não se trata de uma delimitação simplesmente, trata-se de compreender a complexidade dos processos de formação política e econômica do seu território representa o caminho apropriado para construções sólidas sobre a dinâmica do desenvolvimento desse importante espaço geográfico brasileiro.

O quadro histórico em que se forma o Brasil e o semiárido de hoje foi pintado por processos civilizatórios que marcaram profundamente o seu povo. Isso se deu, principalmente, pelos mecanismos de controle e exploração das riquezas e formação de grandes estruturas fundiárias para expansão agrícola. Para Souza (2010), o processo de expansão agrícola no campo mostra as contradições e o caráter violento de modelos inadequados à realidade dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais. Esse modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro foi estabelecido como forma de viabilizar a expansão do capitalismo que, ao mesmo tempo em que produz o crescimento econômico, produz a marginalização e exploração de pessoas e lugares.

Observando a trajetória de exploração/modelo de desenvolvimento adotado no semiárido percebe-se que a opção adotada foi por práticas inseridas na vertente do combate à seca. Tal vertente “parte do ponto de vista, ao mesmo tempo real e ideológico, que serve para que se atribua à natureza problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos” (SILVA, 2013, p. 142). Suas ações estão diretamente ligadas ao surgimento da grande propriedade privada, da utilização da

distribuição de água por meio de carros-pipa; a construção de grandes barragens financiadas pelo Estado, investimentos no cultivo de monoculturas etc. Todas essas ações, segundo Carvalho (2005), refletem uma índole essencialmente oligárquica, gerando a dependência de um povo, bem como a restrição de sua liberdade política.

As ações de combate à seca empreendidas pelo Estado promoveram a criação de uma série de organismos como a Inspetora de Obras Contra a Seca (IOCS), criada em 1909 e se transformou no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), em 1945; a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), fundada no governo de Juscelino Kubitschek em 1959 e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945. Todavia, todos esses instrumentos criados para o combate à seca teve influência de determinados grupos, ou seja, estavam voltados para o atendimento dos interesses de oligarquias que representam uma ínfima parcela da população (MALVEZZI, 2007). Como resultado, instituiu-se um grande negócio conhecido como “indústria da seca”. Um negócio que recebeu um volume significativo de recursos públicos, beneficiando as oligarquias em detrimento dos que realmente eram afetados pelas consequências dos longos períodos de estiagem.

Um discurso que historicamente acompanhou o modelo de desenvolvimento adotado na região foi a adoção da produção agrícola via processos tecnológicos de irrigação. Segundo Souza (2010), trata-se de um discurso que em nome da geração de emprego e do progresso. Todavia, ele sempre foi utilizado para responder ao interesse do capital em forma de empresas multinacionais implantadas na região, sobretudo, no Vale do São Francisco, inclusive subsidiado e mediado pelo Estado.

Contudo, é fundamental analisar que as secas não se configuram como o único fator limitador do processo de desenvolvimento da região estudada. As dificuldades que existem na produção agrícola, na criação de animais, no acesso aos bens e serviços, são agravadas pela concentração fundiária, pelo modelo de desenvolvimento adotado e pela estrutura social presente na região. Trata-se de uma questão, sobretudo, política e social e, não essencialmente, climática.

A trajetória histórica dos processos de desenvolvimento do semiárido se mostraram incompatíveis com a realidade da região, evidenciando que as políticas de combate à seca se mostraram ineficientes, sobretudo, por não alcançar resultados ou eficácia dos órgãos que executavam suas ações. De acordo com Silva (2007, p. 472), deve-se questionar “o caráter emergencial, fragmentado e descontínuo dos programas desenvolvidos em momentos de calamidade pública que alimentavam a chamada

indústria da seca”. Isso levou a uma crise desse paradigma, fazendo emergir um novo: a convivência com o semiárido. Os formuladores dessa proposta têm origem na sociedade civil, movimentos sociais e alguns órgãos públicos de pesquisa e extensão que atuam na região.

Essa nova concepção de desenvolvimento propõe a desconstrução da concepção de que o povo do semiárido não é capaz de gerir e tomar em mãos o seu próprio destino, como apontam Baptista & Campos (2011). Além disso, Segundo Conti (2013, p. 35),

a convivência manifesta uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita resgatar e construir relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias sertanejas. Esta nova percepção elimina “as culpas” atribuídas às condições naturais e possibilita enxergar o Semiárido com suas características próprias, seus limites e potencialidades.

Nessa perspectiva, a concepção de convivência com o semiárido e os períodos de seca deve ser analisada levando em consideração a sua contribuição para a democratização da renda e da riqueza, a garantia da diversidade e dos modos de ser e de produzir no campo. Pois, assim como o “combate à seca” não conseguiu superar a problemática da região, a “a convivência com a seca” pode não ser o melhor caminho para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região. Torna-se necessário, portanto, entender se a perspectiva da convivência não colabora ainda mais com a reprodução da miséria e de processos políticos excludentes.

O paradigma da convivência com o semiárido fez emergir da sociedade civil organizada a necessidade de propor, desenvolver e executar políticas públicas que pudessem atender a essa demanda. É nessa perspectiva que nasce em 1999, a Articulação Semiárido (ASA). Trata-se de um fórum que congrega uma série de organizações da sociedade civil que tem como objetivo promover o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semiárido brasileiro (ASA BRASIL, 2011).

Pensar os condicionantes para a promoção do desenvolvimento do semiárido brasileiro é pensar uma estratégia de ação para a região. Nesse sentido, a problemática deste trabalho reside na seguinte questão: o paradigma de convivência com o semiárido consegue contribuir para melhorar as condições de bem estar e produção da região semiárida do país? Ou seja, indaga se as ações e resultados das iniciativas da ASA para a convivência com a região no sentido de melhorar as condições sociais e econômicas

da região têm contribuído para gerar bens e serviços necessários à melhoria da qualidade de vida desta região.

Com o objetivo de melhor compreender a dinâmica econômica presente nas ações da ASA, fez uso dos aportes da economia plural desenvolvidos por Karl Polanyi em suas obras *A Grande Transformação* e *A subsistência do Homem e Ensaio Correlatos*. Trata-se de um dos poucos autores que afirma que o vínculo social é um princípio econômico, gerador de riqueza tal e qual o mercado e o estado (POLANYI, 2000). A sua contribuição teórica conceitual subsidiará na análise das formas de economia, especificamente no caso das ações da ASA, objeto de interesse desse estudo.

Para Polanyi (2012), na economia plural os indivíduos não agem de forma a salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, eles agem para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Eles valorizam os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. Assim, a abordagem plural da economia permite a percepção de outras forma de economia que nascem a partir da sociedade civil e dos meios populares, como é o caso da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA, que nasce em 1999 com o propósito de implementar um conjunto de ações, dentro da estratégia de convivência com os fatores edafoclimáticos da região. Cabe-nos, portanto, o estudo sobre a capacidade dessa Articulação em desenvolver ações que sejam capazes de superar as assimetrias sociais e econômicas da região.

Para que se alcance o objetivo proposto e responder a principal indagação, o procedimento metodológico adotado na investigação utilizou a revisão bibliográfica, análise documental e o estudo de caso. A pesquisa bibliográfica explorou as obras de Polanyi (2000 e 2012), França Filho (2014), Lévesque (2009) e Laville (2013). No tocante ao semiárido trabalhou-se com Malvezzi (2007), Batista e Campos (2011); do ponto de vista geral pesquisou-se em sítios eletrônicos (Ex: IBGE e Atlas Brasil do DHM). A análise documental debruçou-se sobre carta de princípios, relatórios, boletins e comunicados da ASA; Lei sobre delimitação do semiárido. Para o estudo de caso, recorreu a observação direta, entrevistas e registros fotográficos. Optou-se pelo estudo de caso pela sua capacidade de detalhamento do objeto estudado (GIL, 2008). Foram entrevistados os vários atores envolvidos nas ações desenvolvidas pela ASA: técnicos e

prestadores de serviços, diretoria do Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), Comissão Executiva da ASA no município de Encruzilhada e famílias beneficiárias dos projetos. A coleta de dados foi realizada *in loco* por meio de visitas a comunidade.

O presente trabalho consta de três capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo foi erigida uma reflexão acerca da economia plural em três subitens. No primeiro foi tecida uma reflexão sobre a realidade do semiárido com suas características físicas, sociais e econômicas; no segundo, trabalhamos o conceito de economia plural de Karl Polanyi articulando contexto histórico e principais ideias; no terceiro subitem trabalhamos as implicações do pensamento de Polanyi para a análise socioeconômica, concebendo a existência de uma economia monetária, uma economia não monetária e uma economia não mercantil. No segundo capítulo, analisamos em que medida o papel da ASA, trabalhando na perspectiva plural da economia, é diferente do paradigma do combate à seca. Dividimos o capítulo em três subitens: o papel da ASA na perspectiva da convivência com a seca, a contribuição do trabalho da ASA para a geração de bens e serviços e o papel da ASA na promoção e fortalecimento do vínculo social. No terceiro capítulo será realizada uma comparação do discurso empreendido pela ASA e suas práticas. Para isso, dividimos o capítulo em quatro subitens. No primeiro subitem descrevemos a metodologia utilizada para a confecção do presente trabalho; no segundo, fizemos uma breve apresentação do objeto estudado, apresentando o município de Encruzilhada-Ba e a comunidade Sobrado. Finalmente, apresentamos as considerações e principais conclusões que obtivemos a partir das investigações realizadas ao longo da confecção do trabalho.

## **CAPÍTULO 1. A ECONOMIA PLURAL COMO MÓDULO ANALÍTICO/INTERPRETATIVO DO SEMIÁRIDO**

### **1.1 Compreendendo o semiárido**

A ocorrência de regiões áridas e semiáridas é um fato que decorre do baixo volume pluviométrico e da baixa umidade e possui significativa importância na história da humanidade. Entretanto, mitos e preconceitos foram, ao longo dos anos, semeados no imaginário das pessoas no que diz respeito às regiões secas do mundo. Elas são concebidas como espaços sem vida, sem biodiversidade, sem produção, sem história e

sem cultura. De acordo com Matallo Júnior (2014), 1/3 de toda a superfície da Terra é ocupada por regiões áridas e semiáridas. Nelas, se deram as primeiras povoações, com formação de ricos impérios e descobertas importantes em diversas áreas do conhecimento, tais como a Matemática, Física, Astronomia e Agricultura. Isso mostra que, no que pese as adversidades climáticas, essas não interferem inexoravelmente na formação da cultura, na produção de conhecimento e na geração de bens e serviços que possibilitam a dinâmica econômica.

Corroborando com a ideia de que as adversidades climáticas não representam um entrave ao sistema produtivo, temos como exemplo o caso de Israel. Com um índice médio de 600 milímetros/ano, o país possui um dos semiáridos mais produtivos do mundo, sendo um importante exportador de agrotecnologia, principalmente de estufas e de gerenciamento de água em irrigação.

Por sua posição geográfica na Terra, próximo ao Equador, a região semiárida brasileira é submetida à forte radiação solar e precipitação hídrica de até 800 milímetros/ano. De acordo com a delimitação da região proposta pela Lei complementar 125/2007, a área semiárida ocupa de 982.563 km<sup>2</sup>, correspondente a 54,32% da região Nordeste e o norte do Estado de Minas Gerais. De acordo com a Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, fazem parte do semiárido brasileiro 38 municípios de Alagoas, 265 da Bahia, 150 do Ceará, 85 de Minas Gerais, 170 da Paraíba, 122 de Pernambuco, 127 do Piauí, 147 do Rio Grande do Norte e 29 de Sergipe, abrangendo 1.133 municípios conforme mostra o quadro 1 abaixo.

**Quadro 1 – Número de municípios que compõem o semiárido**

Estado	Total de Municípios	Nº de municípios no semiárido				Área Total (Km <sup>2</sup> )	Área no semiárido	
		Anterior a 2005	Incluídos em 2005	Atual	%		(Km <sup>2</sup> )	%
Alagoas	102	35	3	38	37,25	27.819	12.687	45,61
Bahia	417	257	8	265	63,55	564.693	393.056	69,61
Ceará	184	134	16	150	81,52	148.825	126.515	85,01
Minas Gerais	853	40	45	85	9,96	586.528	103.590	17,66
Paraíba	223	170	0	170	76,23	56.440	48.785	86,44

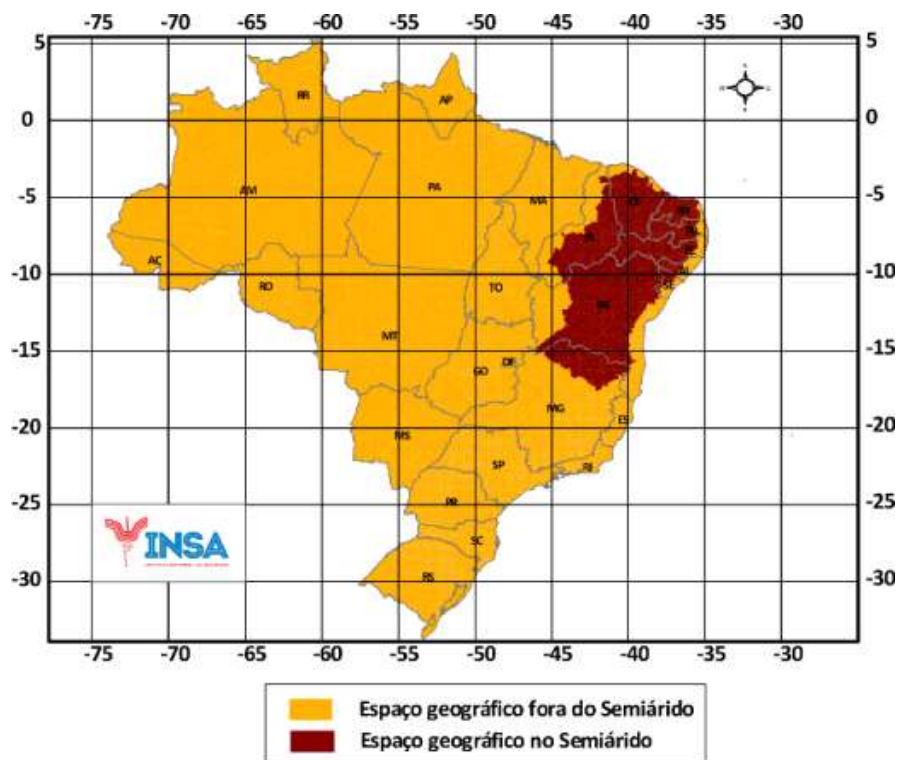
Pernambuco	185	118	4	122	65,95	98.312	86.710	88,20
Piauí	223	109	18	127	56,95	251.530	150.454	59,82
Rio Grande do Norte	167	140	7	147	88,02	52.797	49.590	93,93
Sergipe	75	28	1	29	38,67	21.910	11.176	51,01
<b>Total</b>	<b>2.429</b>	<b>1.031</b>	<b>102</b>	<b>1.113</b>	<b>46,64</b>	<b>1.808.854</b>	<b>982.563</b>	<b>54,32</b>

Fontes: 1) Lei complementar 125/2007; 2) IBGE

O resultado do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE e disponível na publicação do Instituto Nacional do Semiárido, Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro, revela que a área semiárida do Brasil é a mais populosa do mundo, alcançando a marca de 22.598.318 habitantes. Isso representa 11,85% da população brasileira ou 42,57% da população nordestina ou, ainda 28,12% da população residente na região Sudeste. Dela faz parte a maior concentração de população rural do Brasil, o que representa uma grandeza numérica bastante expressiva sobre a população residente no Semiárido brasileiro.

Ainda de acordo com o referido Censo Demográfico, os maiores contingentes populacionais do espaço geográfico do Semiárido residem nas porções semiáridas dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, cujos percentuais alcançam 29,83%, 20,91% e 16,18% do total de residentes deste espaço, respectivamente. Considerando a população dos municípios do Semiárido, os cinco municípios mais populosos são Feira de Santana - BA (556.642 habitantes), Campina Grande - PB (385.213 habitantes), Caucaia - CE (325.441 habitantes), Caruaru - PE (314.912 habitantes) e Vitória da Conquista - BA (306.866 habitantes).

### **Figura 1 - Espaço geográfico do semiárido brasileiro**



Fonte: Instituto Nacional do Semiárido (INSA)

O semiárido expressa diversas realidades, porém todas as variações se caracterizam climaticamente pela irregularidade da chuva, seja no tempo, seja na distribuição geográfica. Existem diferenças marcantes do ponto de vista de precipitação anual de uma região para outra. Em alguns locais o índice de chuvas pode chegar a 800 milímetros por ano, em outros, porém, a média não passa de 300 milímetros. No entanto, é o semiárido mais chuvoso do mundo, porém as chuvas são concentradas em poucos meses e mais de 90% não são aproveitadas pelo fato de a evaporação ser até seis vezes superior à precipitação, pelas altas temperaturas durante o ano todo e pelo escoamento superficial.

A região traz consigo uma identidade para além do clima e bioma. É composta por elementos que vão além das concepções físicas e naturais. Malvezzi (2007, p.9) diz que o semiárido também é povo, música, festa, arte, religião, política, história. É um processo social. Conceber o semiárido na sua totalidade consiste em um dos principais desafios a ser vencido pelas ações do estado e da sociedade.

Considerando as especificidades da formação do espaço que compreende a região semiárida, pode-se dizer que não se trata de uma delimitação simplesmente, por isso, compreender a complexidade dos processos de formação política e econômica do

seu território representa o caminho apropriado para construções sólidas sobre a dinâmica do desenvolvimento desse importante espaço geográfico brasileiro.

O quadro histórico em que se forma o Brasil e o semiárido de hoje foi pintado por processos civilizatórios que marcaram profundamente o seu povo. Isso se deu, principalmente, pelos mecanismos de controle e exploração das riquezas e formação de grandes estruturas fundiárias para expansão agrícola. Para Souza (2010), o processo de expansão agrícola no campo mostra as contradições e o caráter violento de modelos inadequados à realidade dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais. Esse modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro foi estabelecido como forma de viabilizar a expansão do capitalismo que, ao mesmo tempo em que produz o crescimento econômico, produz a marginalização e exploração de pessoas e lugares.

É preciso considerar também que o modelo de desenvolvimento adotado para a região era pautado na realização de grandes obras, apropriadas, geralmente pelos mais ricos. Aos que não se incluíam nesse grupo, os pobres, eram destinadas políticas assistencialista como doações, esmolas, distribuição de cestas básicas, carros-pipa, frente de trabalho e outras ações semelhantes. Para a ASA,

Essas políticas nunca tiveram e não tem interesse em resolver as questões e os problemas das pessoas que vivem no semiárido. As ações de combate à seca externamente aparecem como “atos de bondade”, mas propositalmente são criadas e mantidas para garantir que o semiárido e seu povo permaneçam dependentes, sem vez e sem voz. Essas ações favorecem o surgimento e a manutenção da indústria da seca (ASA, 2011, p. 15).

Essas políticas estão estreitamente ligadas ao voto e mantêm no poder as mesmas pessoas e grupos. Além disso, favorecem a concentração das terras e a formação de latifúndios espalhados por toda a região semiárida. Essas grandes extensões de terra são destinadas ao projeto do agronegócio, com base nas monoculturas e criação de gado.

Outra realidade enfrentada na região é o esgotamento do bioma caatinga. O semiárido passa por um processo sistemático de devastação de seu bioma, o que provocado em algumas áreas o processo de desertificação. Nos últimos seis anos, foram desmatados cerca de 16.570 km<sup>2</sup>, sendo que, dessa área, 9.000 km<sup>2</sup> foi devastada para ceder lugar e matéria prima para a fabricação de carvão, criação de gado, mineração e plantio de eucalipto (ASA, 2011).

Durante muito tempo a população que vive no semiárido foi levada a acreditar que seu povo não tem capacidade de resolver seus próprios problemas e viver nesta região não era possível, que o problema era a seca, a falta de chuva. Isso foi feito de propósito. Uma forma de dominar o povo e mantê-los à margem dos processos de decisão. Todavia, o povo resistiu e foi criando mecanismos para construção de um novo paradigma, o da convivência com o semiárido. Essa mentalidade está baseada no “reconhecimento de que a região é viável, de que seu povo é cidadão, de que a seca não se combate e de que é possível conviver com a semiaridez, desde que a região seja contemplada por políticas públicas adequadas” (ASA, 2011, p. 19).

Diante da complexidade do semiárido, é de relevância ímpar o estudo dos fenômenos econômicos e sociais dessa região. Por isso, conceber o semiárido na sua totalidade consiste em um dos principais desafios a ser vencido pelas ações do estado e da sociedade. Não se trata de uma delimitação simplesmente, trata-se de compreender a complexidade dos processos de formação política e econômica do seu território, representando o caminho apropriado para construções sólidas sobre a dinâmica do desenvolvimento desse importante espaço geográfico brasileiro.

Por se apresentar como uma realidade diversa e com características múltiplas, há que se buscar na teoria as bases para que se construam reflexões sobre esse que é um importante espaço geográfico brasileiro. Assim, adotamos o conceito da economia plural como módulo analítico/interpretativo das relações socioeconômicas do semiárido por ela ser composta de vários elementos, admitindo, inclusive, a existência de formas diversas de produzir e acumular bens além do mercado.

## **1.2 A economia plural de Karl Polanyi: contexto histórico e principais ideias**

O sistema econômico nos dias atuais tem potencializado suas contradições internas provocando assimetrias sociais e desarranjos econômicos em todos os tipos de sociedade. No que pese o aumento das capacidades produtivas, os desarranjos têm elevado o nível de pobreza até mesmo dos países onde possuem uma dinâmica econômica tida como desenvolvida. Ocorre que isso é resultado da tensão e do conflito contínuos entre, por um lado, os esforços para estabelecer, manter e difundir a economia de mercado e, por outro lado, os esforços tendentes a proteger, sob a forma de um contra movimento, as pessoas e a sociedade das consequências trazidas pela manutenção das características da sociedade capitalista, ou seja, propriedade privada,

apropriação individual, exacerbação da concorrência, individualismo e consumismo (MARTINS, 2013).

O estabelecimento da economia de mercado foi, dentre uma série de eventos significativos ocorridos entre os séculos XVIII e XIX, um mecanismo inteiramente novo, responsável pela promoção de uma mudança básica na sociedade ocidental. A economia de mercado, segundo Polanyi (2000, p. 51), “significa um sistema autorregulado de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado”. Nesse contexto, “o modelo da economia de mercado começou a tomar corpo a partir de estímulos artificiais à sociedade para fazer frente à situação criada pelo advento da máquina a vapor no processo de produção industrial na Inglaterra” (ALVES & BURSZTYN, 2009, p. 589).

Em última instância, o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. Nas palavras de Polanyi,

Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo autorregulável. Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários. Ela pressupõe mercados nos quais o fornecimento dos bens disponíveis a um preço definido igualarão a demanda a esse mesmo preço. Pressupõe também a presença do dinheiro, que funciona como poder de compra nas mãos de seus possuidores. A produção será, então, controlada pelos preços, pois os lucros daqueles que dirigem a produção dependerão dos preços, pois estes formam rendimentos, e é com a ajuda desses rendimentos que os bens produzidos são distribuídos entre os membros da sociedade. Partindo desses pressupostos, a ordem na produção e na distribuição de bens é assegurada apenas pelos preços (POLANYI, 2000, p. 72).

Para a teoria econômica clássica, somente a economia de mercado é “capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa” (POLANYI, 2000, p. 51). A possibilidade de interação entre economia e solidariedade era reconhecida como algo impossível na literatura clássica. Essa corrente ideológica

ganhou força com as ideias liberais empreendidas por autores como Adam Smith, que em suas construções teóricas já dizia que:

Não é da benevolência do padeiro ou do açougueiro que esperamos o nosso jantar, mas sim da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Apelamos não à sua humanidade, mas ao seu auto-interesse, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1983, p.50).

Tal compreensão é potencializada com as formulações da escola neoclássica que abandona qualquer balizamento da economia pela política e trata a disciplina como algo puro, limitado a escolhas racionais e como se fosse possível de ser quantificado. Seus contributos giram em torno da abordagem microeconômica com forte instrumental matemático com que revestia a exposição e fundamentação de suas teorias que convergiam para a defesa do equilíbrio da economia.

De acordo com essa corrente, a ciência econômica se define “como o estudo da escolha racional” (LAVILLE, 2013, p. 15), limitando a ciência econômica ao estudo do mercado. Para Laville (2013), reside em tal corrente um problema não só conceitual, mas também prático, porque uma parte da economia real deixa de ser identificada. A economia real é muito mais ampla e complexa do que a simples concepção de economia de mercado.

Uma das principais deficiências da teoria econômica do *mainstream* está em não reconhecer que a economia é plural e que, portanto, para além do cálculo e da barganha, podem existir e coexistir outros princípios e valores na economia que não somente a lógica do mercado, expressa na troca mercantil. A interpretação de Smith acerca dos princípios que regem o sistema econômico, segundo Polanyi (2000), se apresenta como equivocada, pois, segundo ele, o comportamento humano é regido por uma pluralidade de motivações e não apenas pelo egoísmo e autointeresse como acredita a teoria clássica. Nessa perspectiva, tal teoria pode ser concebida como uma visão estreita sobre a natureza dos seres humanos e suas relações sociais e econômicas.

Outra aceção acerca da economia de mercado pode ser encontrada nos escritos de Laville. Ela corrobora com a tese de que o mercado autor regulador, tal qual preconizado pela teoria clássica, revelou-se impossível de atingir o horizonte da sociedade de mercado. Ao contrário, sua difusão engendrou problemas sociais de contornos dramáticos, tais foram às disparidades sociais que fizeram delimitar as classes

entre as possuidoras e despossuidoras dos meios de produção, formando uma divisão social entre ricos e pobres (LAVILLE, 2013). Assim, há um entendimento de que “o capitalismo é realmente contraditório e combinado” (SOUZA, 2010, p. 105).

Compreender os princípios que regem a economia de mercado permite entender que em processo de desenvolvimento, seu elemento dinâmico se estrutura a partir da apropriação dos bens a fim de garantir o metabolismo do capital. O movimento dessa lógica está erigido nos princípios ideológicos da economia de mercado. Ao ser instituída, a economia de mercado mascarou a pluralidade inerente à economia, promovendo uma inversão no modo de vida de sociedades inteiras. Até então subordinada às relações sociais, a economia passou a exercer o comando, tomando lugar central nas sociedades. Houve, por assim dizer, um processo de mercantilização da vida. Acontece que, em realidade, embora comunidades distintas sejam movidas por diferentes interesses, em qualquer delas o sistema econômico, como regra, está submerso nas relações sociais (ALVES & BURSZTYN, 2009).

A partir das discussões anteriores sobre a economia de mercado, é possível perceber que ela oculta a pluralidade da economia. Em resposta, a sociedade reagiu a essa perspectiva, recorrendo principalmente à solidariedade (LAVILLE, 2013), como estratégia às deficiências apresentadas na ótica da economia de mercado. Seus valores podem ser expressos na economia, por exemplo, mediante dimensões da cultura, da política, da religião. Uma economia plural permite que se criem espaços públicos de proximidade que favorecem a consolidação de uma dimensão política. Como afirma Laville,

Economia plural é uma abordagem da economia real que parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e entre estes e a natureza são regidas por princípios econômicos plurais e assumem formas institucionais igualmente diversas. Essa percepção analítica constitui uma crítica à identificação estreita entre mercado e economia classificada por Karl Polanyi como um sofisma econômico. Polanyi salienta o valor heurístico de uma retomada reflexiva da definição de economia (LAVILLE, 2013, p. 145).

A partir da análise empreendida por Laville (2013), é aceitável conceber que existem outros movimentos econômicos dentro da sociedade capazes de articular, de forma fluída, considerando as especificidades de cada comunidade, os atores locais a fim de melhor conhecer suas potencialidades concretas. Todavia, não se pode negar a

influência dos fenômenos econômicos nos diferentes modelos de sociedade, pois todas elas são limitadas por fatores econômicos (POLANYI, 2000). Nessa acepção, os acontecimentos sociais não podem ser examinados tão somente a partir do ponto de vista puramente econômico, pois na economia há espaço para solidariedade, altruísmo, bondade ou qualquer coisa assim.

Contribuindo com a ideia substantiva de economia, França Filho (2014), defende a necessidade de assumir um pressuposto básico de uma definição de economia como economia plural. Ela se apresenta composta de vários elementos que possibilitam a produção de bens e serviços, ou seja, a economia é plural por que há diversas formas de produzir e acumular bens além do mercado. Ela é plural porque, além do mercado, é composta da redistribuição, da reciprocidade e da domesticidade. Portanto, como aponta Polanyi (2000), assume diferentes princípios do comportamento econômico.

As chamadas motivações econômicas se originam no contexto da vida social e são bem mais amplas, como explica Polanyi:

Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas. (POLANYI, 2000, p. 53)

O sistema econômico, nessa perspectiva, se apresenta como uma articulação dos vários agentes econômicos e sociais de diferentes identidades e valores submersos em suas relações sociais. Assim, “a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais” (POLANYI, 2000, p. 53). Nela, a economia do homem, age de forma a salvaguardar não seu interesse individual na posse de bens materiais, mas age para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo (POLANYI, 2000).

Essa dinâmica do interesse geral ou de ajuda a outrem é, portanto, uma fonte da ação associativa que foi determinada desde o século XIX. As ações conduzidas nesse processo contribuem para a criação de atividades econômicas e de emprego, sempre buscando reforçar a coesão social através de novas relações sociais de solidariedade (LAVILLE, 2013). O princípio da solidariedade cumpre um papel de se constituir como uma referência para o estabelecimento de uma regulação democrática da economia (Carvalho, 2013).

Tomando por base os estudos desenvolvidos por Polanyi (2000), a economia plural admite que seja possível que coexistam diversos princípios econômicos, a saber: mercado, por meio da troca mercantil; redistribuição, por meio da estrutura do Estado, a reciprocidade e a domesticidade que admitem o vínculo social. A garantia de uma ordem na produção e distribuição dentro do sistema econômico plural é assegurada, segundo Polanyi (2000), por esses princípios de comportamento que não são associados basicamente à economia.

Contribuindo com a tese de que em diversas sociedades existem diferentes modalidades de trocas que não somente a mercantil, segue o quadro 2 que ilustra a interação entre os princípios econômicos presentes na análise sob a ótica plural da economia, desenvolvida por Polanyi.

### **Quadro 2 – Economia Plural, segundo Polanyi**

Fonte: França Filho (2001); Laville (2013)

O mercado, *locus* das trocas mercantis, é espaço no qual os agentes econômicos interagem realizando suas trocas de bens ou serviços por unidade monetária ou por outros bens e serviços. A troca refere-se aos movimentos de “vice-versa” que ocorrem entre os indivíduos sob o sistema de mercado.

A redistribuição é importante principalmente em relação a todos aqueles que têm uma chefia em comum e têm, assim, um caráter territorial. Esta depende da presença em algum grau de centralidade no grupo, isso significa “a entrega dos produtos a uma autoridade institucionalmente investida, responsável pela redistribuição em bases justas” (VINHA, 2014, p.7). Ademais, Vinha acrescenta que esse princípio “pressupõe hierarquia e obediência a parâmetros ou estratégias definidos pela instituição centralizadora, constituindo como sistema integrativo” (VINHA, 2014, p. 8).

A reciprocidade, por conseguinte, pressupõe a existência do vínculo social, tendo como plano de fundo os grupos organizados simetricamente. Polanyi (2000) apresenta tal precipício como um complexo sistema de “dádivas” entre os membros de uma comunidade. Estes não são motivadas pelo ganho ou pelo lucro, sendo possível em virtude do padrão de simetria que garante a conservação das relações sociais. Na descrição original de Polanyi (2000, p. 69), que toma como exemplo o comércio de Kula nas ilhas da Melanésia Ocidental, ele observa que:

As mercadorias não são acumuladas, nem mesmo possuídas permanentemente; o gozo dos bens recebidos está justamente em poder dá-los em seguida; não existe nenhuma disputa ou controvérsia, e nem barganha, permuta ou troca. [...] Um intrincado sistema de tempo-espaco-pessoa, [...] que liga muitas centenas de pessoas em relação a milhares de objetos estritamente individuais, é aqui manipulado sem que existam registros ou administração, e também sem qualquer motivo de lucro ou permuta. O que domina não é a propensão à barganha, mas a reciprocidade no comportamento social. O resultado, no entanto, é uma realização organizacional estupenda na área econômica.

A reciprocidade atua principalmente em relação à organização sexual da sociedade, isto é, família e parentesco. Além disso, é enormemente facilitada pelo padrão institucional da simetria e “ajuda a salvaguardar tanto a produção como a subsistência familiar” (POLANYI, 2000, p. 55). Em síntese, pode-se dizer esse princípio recompensa atos de virtude cívica e assegura, junto com o princípio da redistribuição, a organização simétrica da comunidade, pois, nas palavras de Polanyi,

A reciprocidade e a redistribuição são capazes de assegurar o funcionamento de um sistema econômico sem a ajuda de registros escritos e de uma complexa administração apenas porque a organização das sociedades em questão cumpre as

exigências de uma tal solução com a ajuda de padrões tais como a simetria e a centralidade (POLANYI, 2000, p. 55).

O padrão institucional da centralidade, por seu lado, está presente, de alguma forma, em todos os grupos humanos e fornece um conduto para a coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços. A simetria e a centralidade vão de encontro, na metade do caminho, às necessidades da reciprocidade e da redistribuição; os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente. Enquanto a organização social segue a sua rotina normal, não há razão para a interferência de qualquer motivação econômica individual; não é preciso temer qualquer evasão do esforço pessoal; a divisão do trabalho fica assegurada automaticamente; as obrigações econômicas serão devidamente desempenhadas e, acima de tudo, estão assegurados os meios materiais para uma exibição exuberante de abundância em todos os festivais públicos (POLANYI, 2000).

“Os princípios de reciprocidade e redistribuição não seriam possíveis, porém, na ausência do princípio de domesticidade e do seu padrão correspondente, a autarquia, o grupo fechado” (SILVA, *et al*, 2014, p. 6). Assim, a domesticidade está vinculada à busca pela autossuficiência (POLANYI, 2000). Tal princípio foi percebido, sobretudo, em comunidades que possuíam relativa independência de outras, o que evidencia que essas comunidades produziam a maior parte dos bens e serviços necessários à vida das famílias que as povoavam. Como assinalou Polanyi (2000, p. 73),

[...] o princípio da domesticidade, consiste na produção para uso próprio. [...] A prática de prover as necessidades domésticas próprias [...] nada tinha em comum com a motivação do ganho, nem com a instituição de mercados. O seu padrão é o grupo fechado.

Observa-se, assim, que a reciprocidade tem, ainda hoje, a capacidade de reforçar as relações sociais ao unir os membros de um grupo por meio de suas condutas e ações intragrupos no sentido de produzir bens e serviços necessários à sua subsistência, sem, contudo, em seu horizonte estiver a busca pelo lucro.

Na tese histórica de Polanyi (2000), de forma alguma deve-se concluir que os princípios socioeconômicos baseados nos pressupostos da economia plural (redistribuição, reciprocidade e domesticidade) podem ser considerados restritos a produtores primitivos ou pequenas comunidade, e que uma economia sem lucro e sem mercado deve ser simples, necessariamente. Para ele, o circuito Kula, da Melanésia

Ocidental, com base no princípio da reciprocidade, é uma das mais completas transações comerciais já conhecidas pelo homem. Lá, o princípio da redistribuição esteve presente, em escala gigantesca, na civilização das pirâmides.

Os sistemas econômicos até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente (POLANYI, 2012).

A abordagem da economia plural, de acordo com Lévesque (2009), tem suas iniciativas fundamentadas na pluralidade de princípios e de recursos econômicos que, via de regra, emergem a partir de um forte impulso no sentido da reciprocidade, especialmente o voluntariado e a doação, que dá consistência à associação voluntária. Mas para perenizar sua oferta de bens ou de serviços, essas iniciativas não podem limitar-se ao voluntariado, devendo mobilizar recursos oferecidos pelos poderes públicos, pelo fato de terem uma finalidade social, ou então dispor de recursos mercantis sem fins lucrativos.

Ainda de acordo com Lévesque,

A hibridação destes diversos recursos tendo em vista a articulação de um dado sistema produtivo e o estabelecimento de compromissos entre esses princípios plurais não são evidentes no plano da coordenação e das escolhas estratégicas (LÉVESQUE, 2009, p. 111).

Entretanto, devido à sua finalidade social, à sua governança democrática e à sua vinculação com a propriedade coletiva, a economia social e solidária está institucionalmente melhor equipada do que todos os demais setores econômicos para alcançar uma hibridação desses diferentes recursos e estabelecer um compromisso entre as diversas lógicas de ação (LÉVESQUE, 2009).

## **1.2 As implicações do pensamento de Polanyi para a análise socioeconômica: a existência de uma economia monetária, uma economia não monetária e uma economia não mercantil**

Se se concorda que existe uma economia plural, isso implica em admitir que existem e coexistem outras formas de produção e distribuição dos bens e serviços que não puramente aquelas da economia de mercado. Assim, admitindo seu rearranjo na modernidade, os princípios econômicos trabalhados por Polanyi (mercado, redistribuição, reciprocidade e domesticidade) podem ser resumidos em três formas de economia: economia mercantil, economia não monetária e economia não mercantil (FRAÇA FILHO, 2007). Abaixo segue o quadro 3 que ilustra o rearranjo do qual estamos tratando.

### **Quadro 3. Rearranjo dos princípios econômicos**

Fonte: elaboração própria

A economia mercantil é responsável pelas trocas no mercado. Ela se fundamenta no princípio do mercado auto-regulado. “Trata-se de um tipo de troca marcada pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário” (FRANÇA FILHO, 2014, p. 5).

A economia não mercantil, de acordo com França Filho (2014) está fundada no princípio da redistribuição. É marcada pela verticalização da relação de troca e por seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior, o Estado, que se apropria dos recursos a fim de distribuí-lo. Como exemplo de economia não mercantil, temos o pagamento de impostos e tributos ao governo, esse, por sua vez, é responsável por fazer o recolhimento e a sua devida alocação, gerando bens e serviços à nação.

Uma economia não monetária pressupõe um tipo de troca orientada pela lógica da dádiva, fundada no princípio da reciprocidade. “A dádiva compreende três momentos: o dar, o receber e o retribuir” (FRANÇA FILHO, 2014, p. 5). Nesse tipo de

economia o objetivo de gerar bens e serviços vai além da satisfação utilitária das necessidades. Ela trata, sobretudo, de perenizar laços sociais.

De acordo com França Filho (2014), esse modo de conceber o funcionamento da economia real, admitindo a existência de diferentes formas de economia, permite ampliar o olhar sobre o econômico para além da visão dominante, que reduz seu significado à ideia de economia de mercado. Polanyi (2000) faz uma crítica ao reducionismo da economia de mercado e formula a ideia de economia como uma invariante histórica, que admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas, com uma conjugação de diferentes regimes, associada a cada tempo e lugar.

O debate em torno da economia plural, segundo França Filho (2014), permite superar quatro tipos de reducionismo adotados de forma enfática na análise teórica empreendida pela economia de mercado. São eles: (1) a redução da ideia de empresa à empresa mercantil, (2) a redução da ideia de economia à troca mercantil, (3) a redução da ideia de política ao Estado e (4) a redução da ação humana à ação interessada.

O primeiro tipo de reducionismo em que reduz da ideia de empresa à empresa mercantil, tem como tendência conceber a empresa produtiva apenas como sinônimo de empreendimento em que possa ter um retorno lucrativo. Essa concepção tende a anular as possibilidades de implementar ações coletivas organizadas de natureza produtiva, e atividades econômicas sem fins de acumulação privada, para benefício de grupos e/ou comunidades. Isto implica ampliar o conceito de empresa produtiva para além da norma capitalista, assim como redefinir os parâmetros de gestão comumente utilizados, na direção de um maior desenvolvimento e institucionalização de formas autogestionárias (FRANÇA FILHO, 2014).

Segundo França Filho (2014), a redução da ideia de economia à troca mercantil, o segundo reducionismo, associa a economia exclusivamente à lógica utilitarista da economia de mercado ou da troca mercantil. Isso impede a ampliação da compreensão do que seja o ato econômico e de seu sentido para a vida em sociedade, na direção de sua re-significação enquanto forma de produzir e distribuir riquezas. A superação de tal reducionismo permite enxergar as singularidades das formas diferentes de definir a economia, entre as quais aquela que coloca a solidariedade no centro da elaboração de atividades produtivas.

Um terceiro reducionismo, a redução da ideia de política ao Estado, consiste em separar a política da sociedade, ou seja, das práticas cotidianas dos cidadãos em seus respectivos territórios, como se o *locus* fundamental da política fosse exclusivamente as

estruturas de Estado. A visão da economia plural aqui trabalhada consiste na ideia da economia como um meio de gerar bens e serviços, mas também alcançar outras finalidades. Isso significa conceber as atividades econômicas constituídas através de iniciativas organizadas como formas de resolução de problemas públicos concretos numa determinada região ou comunidade (FRANÇA FILHO, 2014).

O quarto reducionismo, a redução da ação humana à ação interessada, caracteriza a ação humana como se essa fosse sempre proceder segundo um cálculo utilitário de consequências, numa visão que enfatiza a dimensão estratégica dos comportamentos individuais (FRANÇA FILHO, 2014). O indivíduo deve ser entendido como um ser complexo e dotado de incertezas, cujas escolhas não estão limitadas ao comportamento racional e utilitário.

## **CAPÍTULO 2. COMPREENDENDO A ESSÊNCIA DO TRABALHO DA ASA NUMA PERSPECTIVA PLURAL DA ECONOMIA**

### **2.1 O papel da ASA na perspectiva da convivência com a seca**

A abordagem plural da economia permite o surgimento de outras economias que nascem a partir da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias produtivas autônomas e, em algumas, fortemente baseadas em relações não-monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias como o poder público.

Nesta perspectiva, em 1999 nasce a Articulação Semiárido Brasileiro – ASA. Trata-se de uma entidade criada a partir da organização da sociedade civil com vistas a promover o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semiárido brasileiro (ASA BRASIL, 2008). Formada por um conjunto de organizações da sociedade civil, a ASA está articulada em dez estados brasileiros que possuem o ecossistema semiárido. São eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Ela reúne cerca de mil entidades dos mais diversos segmentos, como igrejas católica e protestante, ONGs de

desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais.

A ASA nasce da luta de um conjunto de organizações com bandeiras de lutas distintas, mas que tem como objetivo comum construir um novo paradigma de desenvolvimento para esta que é uma importante região geográfica do país. É fruto da reflexão da sociedade civil organizada sobre os problemas enfrentados na região e da necessidade em avançar na construção de possíveis soluções para os mesmos. Embora todas as organizações que compõem a ASA tenham bandeiras de lutas diversas, todas estão mobilizadas pelo interesse comum de promover o desenvolvimento do semiárido a partir de reflexões que favoreçam uma compreensão mais abrangente das características, limitações e possibilidades encontradas na região e que subsidiam o debate sobre as melhores estratégias de convivência com o meio ambiente deste importante espaço geográfico.

Trata-se de olhar para a realidade do semiárido e desenvolver um conjunto de atividades que não, necessariamente, tenha os fatores econômicos e de mercado como sendo o único foco a ser alcançado. Busca-se, a partir das ações, desenvolver os princípios da ajuda mútua entre as famílias, a valorização da cultura e da produção local. Por isso, A ASA vem discutindo e articulando um conjunto de estratégias e iniciativas que reafirmam a necessidade de construção de um semiárido com qualidade de vida para o seu povo. Assim, as ações da ASA buscam a valorização das experiências das famílias camponesas, o uso de tecnologias sociais bem como o fortalecimento dos processos de gestão e organização social a partir da articulação de políticas e ações de convivência com o semiárido. A Carta de Princípios da ASA (2014) diz que o trabalho da organização se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial dos camponeses, baseado na conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido, bem como na quebra do monopólio do acesso à terra, à água e outros meios de produção de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano a partir de um novo olhar sobre a região semiárida.

As atividades da ASA são desenvolvidas a partir desse “novo olhar sobre a região, rompendo com o falso paradigma de “combate à seca”, para assumir o compromisso de “convivência semiárida”, com as condições climáticas locais”. (BAPTISTS & CAMPOS, 2011). Nesse sentido, a missão da ASA é “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento

sustentável e a convivência com o semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social” (ASA, 2014).

A missão da ASA se expressa, sobretudo por meio da execução do Programa Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), coordenados pela ASA Brasil com o apoio de recursos públicos federais.

A estrutura institucional da ASA é formada por uma Unidade Gestora Central (UGC) que tem sede em Recife e é responsável por coordenar todas as ações da Articulação nacionalmente. Nos estados tem a Coordenação Executiva Estadual (CE), formada por cinco organizações que compõem a ASA em cada estado. Nas regiões dos estados estão as Unidades Gestoras Microrregionais (UGMs), as Unidades Executoras Locais (UEs) e as Unidades Gestoras Territoriais (UGTs).

As UGMs são entidades que fazem parte do Fórum da ASA com personalidade jurídica responsáveis pela execução do P1MC. As UGTs, por sua vez, são responsáveis pela execução do P1+2 e também compõem a rede. As UEs são formadas por organizações locais parceiras das entidades executoras (seja UGT ou UGM) responsáveis pelo acompanhamento dos Programas.

A pedagogia dos projetos da ASA adota a parceria com entidades locais para a gestão e o controle social dos mesmos. Além das UEs, são instituídas a Comissão Executiva Municipal (CEM) e a Comissão Comunitária (CC). A CEM geralmente é formada por cinco organizações da sociedade civil do município, podendo ser sindicatos, associações, igrejas etc. Elas são responsáveis pela escolha das comunidades a serem beneficiadas, ou seja, ao serem destinadas tecnologias seja do P1MC ou P1+2 para um determinado município, a UGM ou UGT reúne a CEM para selecionar as comunidades. Uma vez a comunidade sendo escolhida pela CEM, a equipe técnica contratada pela UGT ou UGM, vai pra comunidade fazer a reunião de mobilização onde é eleita a CC. A CC é responsável pela escolha das famílias a serem beneficiadas. Geralmente fazem parte da CC cinco pessoas, podendo ser dois homens e três mulheres ou vice-versa.

Iniciado em julho de 2003, o objetivo do P1MC é beneficiar cerca de 5 milhões de pessoas em toda a região semiárida brasileira com água potável para beber e cozinhar e escovar os dentes, por meio das cisternas de placas. Ele conta com apoio de diferentes agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento. Diversos ministérios e

instituições governamentais apoiam o projeto, integrado ao Programa Fome Zero, de redução da pobreza.

Para (BAPTISTA & CAMPOS, 2011, p. 5) o P1MC,

é um programa cujos resultados, de tão bons, não mais se discutem e que hoje, está assumido pelo Governo Federal e posto em uma perspectiva de universalização. Ele viabiliza o acesso à água de qualidade, melhoria de vida e saúde, economia de tempo que agora pode ser disponibilizado para o trabalho, o estudo, a liberdade e a cidadania. O P1MC é, com certeza, o maior programa de distribuição de água de qualidade para pessoas e famílias esparsas, em curso no Brasil. Os que compravam votos a partir da sede das pessoas perderam este instrumento para se manter no poder e a população conquistou o caminho para a liberdade e a cidadania.

O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). O P1+2 é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido da ASA, discutido anteriormente. Ele nasce da proposta de colocar em prática as diversas tecnologias desenvolvidas pela população captar água das chuvas para dessedentação animal e produção de alimentos como as cisternas de enxurrada, as cisternas calçadão, os tanques de pedra, as barragens subterrâneas, os barreiros trincheira, as aguadas. O objetivo do programa é fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda às famílias camponesas, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos. O 1 significa terra para produção. O 2 corresponde a dois tipos de água – a potável, para consumo humano, e água para produção de alimentos.

Além da execução de programas importantes para a promoção do desenvolvimento do semiárido brasileiro,

[...] a ASA também tem debatido e se pronunciado sobre outros temas relativos ao semiárido, como a desertificação, a reforma agrária no semiárido, a produção de biodiesel por meio do cultivo de oleaginosas, a transposição do rio São Francisco. (MORAIS & BORGES, 2010, p. 145).

A ASA defende a construção de políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico, humano e ambiental, considerando as particularidades dessa região. Pois, “a proposta de convivência com o semiárido busca, também, refletir

sobre as relações entre as pessoas e delas com o meio ambiente” (CONTI & SCHROEDER, 2013, p. 48).

O gerenciamento e controle de informações é condição indispensável para a lisura e transparência na gestão de recursos. É nessa perspectiva que a ASA criou o Siga.net. Um programa que tem como objetivo promover e agilizar o processo de cadastramento de famílias, preenchimento de informações sobre o andamento dos projetos, gerar relatórios físicos e financeiros para acompanhamento dos técnicos, entidades e financiadores, bem como realizar transmissão de dados. Além disso, é nele que são armazenadas todas as informações de localização das tecnologias sociais implementadas por meio da inserção das coordenadas geográficas. O sistema é instrumento de apoio às entidades, bem como instrumento de monitoramento e fiscalização da aplicação de recursos pelos organismos financiadores.

## **2.2 As ações da ASA na perspectiva de geração de bens e serviços**

A produção de bens e serviços é uma condição necessária para a reprodução humana. Uma característica inerente à sociedade capitalista. Todavia, a apropriação desses bens e serviços nem sempre se dá de forma universal e igualitária, provocando assimetrias sociais. Numa tentativa de superar tais características ou mesmo mitigar seus efeitos, a ASA vem atuando com iniciativas que permitam a geração e bens e serviços ao povo do semiárido.

Vale ressaltar que a maioria das famílias que são atendidas pelos programas da ASA, encontram-se em condições socioeconômicas precárias e, em muitos casos, totalmente excluídas de políticas públicas e do acesso aos bens e serviços.

### *2.2.1 Desenvolvimento de tecnologias*

A rede ASA vem desenvolvendo e construindo um leque de tecnologias sociais com o objetivo de serem elementos substantivos da convivência com o semiárido. De acordo com dados coletados no CEDASB e no Instituto de Formação Cidadã São Francisco de Assis (ISFA), UGT que executa o PIMC na região sudoeste da Bahia, as tecnologias estão subdivididas em dois grupos, a saber: o primeiro é o grupo da “primeira água”; o segundo grupo é o da “segunda água” ou “água para produção”.

No primeiro grupo são desenvolvidas as tecnologias relacionadas com colheita, armazenagem e manuseio da água para o consumo humano. O desenvolvimento de tecnologias sócias para esse fim se dão no âmbito do P1MC. São elas a cisterna de placas de 16 mil litros e a bomba hidráulica manual. Seguem abaixo descrição detalhada de cada uma delas:

- **Cisternas de placas para consumo humano:** Trata-se de um grande depósito para guardar água com capacidade de armazenar 16 mil litros. Como mostra a figura abaixo, a tecnologia é equipada com um sistema de calhas para aproveitar a chuva que escorre pelos telhados das casas. Por ser coberta, evita a evaporação da água e impede a contaminação causada por animais. A função da tecnologia consiste em guardar água para o consumo humano (beber, cozinhar e escovar os dentes) para uma família com até cinco membros durante um período de oito meses, período de maior estiagem na região semiárida (ASA, 2008). Para construir a cisterna, deve ser escavado um buraco com profundidade de 1,60 m a 1,80 m e diâmetro de 6 m. A depender do tipo de terreno, faz necessário escavar no mínimo 1,50 m (ASSURUÁ, 2008).

**Figura 2 - Cisterna de placas de 16 mil litros do P1MC**



Fonte: Arquivo do CEDASB

- **Bomba hidráulica manual:** Essa é uma ferramenta utilizada para bombeamento de água das cisternas de 16 mil litros. É uma tecnologia leve,

de fácil construção e de baixo custo. Sua utilização tem como objetivo evitar que as famílias utilizem utensílios como baldes para fazer a retirada da água da cisterna, o que poderia contaminar a água, deixando-a imprópria para o consumo humano.

**Figura 3 - Utilização da bomba manual para retirada de água da cisterna**



Fonte: Arquivo próprio

O segundo grupo compreende uma gama de tecnologias que são desenvolvidas no âmbito do P1+2 com vistas a armazenar água para produção de alimentos, cultivo de plantas medicinais e dessedentação de animais de pequeno porte. Atualmente as entidades que executam os projetos da ASA na região sudoeste do Estado da Bahia, CEDASB e ISFA, estão desenvolvendo 7 tecnologias de segunda água. São elas:

- **Cisterna Calçadão:** Trata-se de uma tecnologia família que capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m<sup>2</sup>, construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para armazenar 52 mil litros de água. Por meio de uma tubulação, a água da chuva que cai no calçadão é conduzida para a cisterna, que deve ser construída na parte mais baixa do terreno.

**Figura 4 - Cisterna Calçadão**



Fonte: Arquivo do CEDASB

- **Cisterna de enxurrada:** A cisterna de enxurrada assim como a cisterna calçada é uma tecnologia familiar e possui a mesma capacidade de armazenamento de água. A diferença consiste em como é feita a captação da água da chuva. Para a sua construção deverá ser escavado um buraco a fim de que toda a sua estrutura fique dentro da terra, ficando de fora apenas a tampa, que possui um modelo cônico. A água da chuva que vem em forma de enxurrada, entra na cisterna por meio de um sistema simplificado de decantação, passando por uma espécie de caixa decantadora e seguindo por canos até a cisterna.

**Figura 5 - Cisterna de enxurrada**



Fonte: Arquivo do CEDASB

- **Barraginha:** As barraginhas possuem entre 2 e 3 metros de profundidade, com diâmetros que podem chegar até 30 metros. Ela armazena água por alguns meses, possibilitando que as famílias cultivem alimentos. Além disso, sua função principal é permitir a alimentação do lençol freático, evitando assoreamento de rios e nascentes por ocasião das enxurradas que arrastam grandes quantidades de resíduos e levam para os rios, córregos e nascentes.
- **Bomba de Água Popular, a BAP:** Consiste em uma tecnologia de uso comunitário e de baixo custo inventada por um voluntário holandês na década de 1980. Ela é produzida e utilizada em diversos países africanos e pode ser construída livremente em qualquer parte do mundo, pois não é patenteada. Utilizada para aproveitar os poços artesianos ou tubulares que são perfurados por organismos públicos ou não e que se encontram desativados (REDESAN, 2014). A BAP é uma roda volante de funcionamento manual que é instalada para extrair água subterrânea. Se bem cuidada, pode durar até 50 anos. A água da bomba tem vários usos: produzir alimentos, dar de beber aos animais e usar nos afazeres domésticos. Geralmente, cada bomba, beneficia 10 famílias.

**Figura 6 - Bomba BAP**



Fonte: Arquivo do CEDASB

- **Barreiro Trincheira:** Trata-se de tanques longos, estreitos e profundos escavados no solo medido entre 600 m<sup>2</sup> a 1600 m<sup>2</sup>, a depender da do solo onde foi localizado. Possui capacidade de armazenar, no mínimo 500 mil litros podendo ser de uso familiar ou comunitário. O barreiro trincheira foi desenvolvido com essas características a fim de diminuir a lâmina d'água e, assim, reduzir a evaporação e a ação dos ventos.

**Figura 7 - Barreiro trincheira**



Fonte: Arquivo Próprio

- **Tanque de Pedra:** É uma tecnologia que aproveita áreas de lajedos para funcionar como área de captação e armazenamento de água da chuva. Para isso são construídas, normalmente com granito, paredes que vão funcionar como barreiras que impedem a água de espalhar pela área, conforme ilustra a figura abaixo. O volume de água armazenado vai depender do tamanho e da profundidade do tanque. É uma tecnologia comunitária e sua água pode ser utilizada para o consumo de animais diversos, plantações e afazeres domésticos.

**Figura 8 - Tanque de Pedra**



Fonte: Arquivo do CEDASB

- **Barragem subterrânea:** É construída em áreas de baixios, córregos e riachos que se formam no inverno. Sua construção é feita escavando-se uma vala até a camada impermeável do solo, a rocha, como mostra a figura abaixo. Essa vala é forrada por uma lona e em seguida é feito o aterramento dessa vala novamente. Dessa forma, cria-se uma barreira que “segura” a água da chuva que escorre por baixo da terra, deixando a área encharcada. A área encharcada é utilizada para o cultivo de hortaliças, de plantas medicinais e de frutíferas. Também é construído um poço, para garantir água no período mais seco do ano.

**Figura 9 - Construção de barragem subterrânea**



Fonte: Arquivo do CEDASB

**Figura 10 - Barragem subterrânea concluída**



Fonte: Arquivo do ISFA

- **Canteiro Econômico:** O canteiro econômico possui uma peculiaridade. Após a sua escavação a 40 cm de profundidade, constrói-se uma fileira de blocos de cerâmica ao redor de todo o canteiro. Em seguida, o fundo do canteiro é revestido com uma lona plástica cujas bordas alcançam as extremidades superiores dos blocos. Sobre a lona coloca-se um tubo plástico perfurado no sentido longitudinal do canteiro. Em cada uma das extremidades do tubo conecta-se um joelho plástico no qual é encaixado outro tubo de 1,5 m no sentido vertical, que servirá para conduzir a água até a parte inferior do canteiro. Sobre o tubo perfurado são colocadas telhas de barro para permitirem a saída da água e evitarem o entupimento dos furos. Por fim, a terra é devolvida ao canteiro sobre a lona plástica e os tubos cobertos com as telhas.

**Figura 21 - Canteiro Econômico**



Fonte: Arquivo próprio

De acordo com Rogério Macedo, Técnico Agrícola do CEDASB, esta é uma tecnologia simples, facilmente replicável de baixo custo que reduz significativamente as perdas de água por evaporação, pois a água utilizada não entra em contato direto com o ar geralmente quente da superfície, pelo contrário através do tubo perfurado ela é jogada abaixo da superfície do solo entrando em contato diretamente com a parte da planta na qual é absorvida, ou seja, a raiz.

De modo geral, as tecnologias sociais desenvolvidas e implementadas nos projetos da ASA são de baixo custo, de fácil reaplicação, de baixo impacto ambiental e a sua reaplicação conta sempre com a interação com a comunidade onde está sendo implementada. Elas se configuram como instrumentos efetivos de transformação social.

### *2.2.2 Formação e mobilização social*

Em todos os projetos desenvolvidos pela ASA existem atividades voltadas para a formação e mobilização social. São espaços de aprendizagem e troca de saberes entre os beneficiários e beneficiárias dos projetos e os técnicos e técnicas. Nessas atividades são trabalhados os cuidados com as tecnologias sociais recebidas, associativismo, cooperativismo, educação contextualizada, as relações de gênero, preservação ambiental, manejo de culturas etc. Para a Assessora Pedagógica do CEDASB, Simone

Ferreira, essas atividades têm como objetivo principal “capacitar camponeses para o desenvolvimento de ações práticas e educativas tendo em vista a convivência com a realidade semiárida, a partir das potencialidades locais e de seus conhecimentos adquiridos ao longo do tempo”. Dentre as capacitações realizadas, estão:

- **Gerenciamento de Recursos Hídricos – GRH:** O GRH é uma atividade de formação integrante do P1MC, em que as famílias beneficiárias participam. Nele são trabalhados temas como cidadania, cuidados para com as cisternas, políticas públicas e meio ambiente. Trata-se de uma atividade com duração de 16 horas realizada na própria comunidade onde as famílias estão recebendo a tecnologia social. As famílias recebem materiais didáticos como cartilhas, boletins e cartazes que levarão para suas casas a fim de multiplicar o conhecimento adquirido no GRH.
- **Capacitação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS):** A Capacitação de ACS é uma atividade destinada aos vários ACS que acompanham as comunidades do semiárido baiano. Seu objetivo é capacitar os ACS para que eles possam orientar as famílias no que tange aos cuidados com as cisternas. A atividade tem duração de 16 horas.
- **Formação em Gestão de Água para Produção de Alimentos (GAPA):** De acordo com informações colhidas junto a Assessoria Pedagógica do CEDASB, essa é a primeira capacitação destinada às famílias beneficiárias das tecnologias sociais de segunda água. Ela tem como objetivos apresentar o Projeto que irá atuar na comunidade, levar as famílias a compreender a natureza e a importância da convivência com o semiárido, potencializar as estratégias de gerenciamento da água para fortalecer a agricultura familiar; dar visibilidade as ações na área de captação e armazenamento de água das chuvas da rede ASA; trabalhar o manejo da água para produção de alimento vegetal e animal de forma agroecológica; valorizar o trabalho da família ao redor da casa de forma a promover mais qualidade de vida ao povo camponês. Essa atividade se configura como um importante espaço de troca de conhecimentos, discussão política e organização social. Durante o encontro que tem duração de três dias, são abordados os seguintes temas: Contextualização física e política das ações da ASA, parceiros e financiadores; apresentação e socialização da construção do Projeto; políticas públicas para convivência com o semiárido; cooperativismo e associativismo e os cuidados que se deve ter com a segunda água.

- **Formação em Sistema Simplificado de Manejo de Água (SISMA):**

Essa também é uma atividade realizada durante três dias e a segunda capacitação das famílias beneficiárias das tecnologias sociais de segunda água. Ela acontece após a implementação das tecnologias. De acordo com Simone Ferreira, durante a atividade é feita uma breve retrospectiva do curso anterior, o GAPA. Essa capacitação tem como objetivos fortalecer a convivência com o semiárido; mostrar a importância dos processos de captação e manejo da água de chuva e potencializar seu uso na criação de pequenos animais; fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no semiárido; promover soberania, segurança alimentar e nutricional; promover a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentável da terra e da água para produção agroecológica de alimentos. Todo o conteúdo é trabalhado na prática, desde a montagem do canteiro passando pelo plantio, manejo, tratos de culturas, preservação do meio ambiente. Dentre os assuntos trabalhados estão: Canteiros Econômicos, tratos culturais, adubação, cobertura morta, extratos naturais, compostagem, biogel, sementes, produção de mudas, técnicas de irrigação com garrafa pet, plantas companheiras, Culturas adequadas à região e controle de pragas e doenças.

- **Capacitação das Comissões Executivas Municipais (CEM):** É uma atividade de 16 horas que reúne a CEM dos vários municípios de atuação para apresentar os novos projetos, refletir sobre a realidade dos municípios, fazer diagnósticos dos municípios, fazer o controle social dos Programas etc.

- **Capacitação de pedreiros e pedreiras:** É uma atividade para formar pedreiros e pedreiras que irão construir as cisternas de placas. A capacitação tem duração de 48 horas e é realizada na comunidade onde serão construídas as cisternas, sejam as de consumo humano ou de produção. Aqui os capacitandos discutem a realidade do semiárido, aprendem sobre as tecnologias sociais e, na prática, são instruídos sobre as técnicas de construção.

- **Capacitação em confecção de bombas hidráulicas manuais:** Para essa atividade, geralmente, são convidados jovens das comunidades atendidas para aprenderem como confeccionar a tecnologia. A capacitação tem como objetivo não apenas ensinar os jovens a fazer a bomba, mas também inseri-los na lógica dos Programas. Além disso, com a capacitação eles estarão aptos a,

posteriormente, confeccionar novas bombas para fazer a substituição das antigas ou realizar pequenos reparos, quando necessário.

Além das atividades de formação e capacitação, que tem uma estrutura mais teórica, as famílias beneficiárias também participam de atividades práticas, como intercâmbios de experiências, atividade de dia de campo entre outras. Todas essas ações são realizadas como parte dos projetos desenvolvidos pela ASA e executados pelas UGTs e UGMs. São elementos que se apresentam como instrumentos significativos de transformação social, pois segundo Simone Ferreira, elas “estimulam o fortalecimento e a emancipação da sociedade”, pois são nesses espaços que as famílias interagem “compartilhando saberes, resgatando, valorizando e respeitando as diferentes expressões culturais e religiosas distribuídas nas inúmeras comunidades trabalhadas”.

### *2.2.3 Utilização de insumos e talentos locais*

Os projetos desenvolvidos pela ASA buscam utilizar de insumos locais, bem como valorizar e ceder espaço aos talentos locais. Para isso, busca lidar com as particularidades de cada comunidade atendida no sentido de identificar tais insumos e talentos.

O projeto também seleciona jovens filhos de camponeses para que confeccionem as bombas hidráulicas manuais utilizadas para fazer a retirada da água da cisterna de 16 mil litros, que armazena água para consumo humano. Esses jovens passam por uma capacitação e, depois, vão trabalhar na confecção das bombas. Para essa atividade é disponibilizado um valor em dinheiro para esses jovens. O valor pago varia entre R\$ 6,00 e R\$ 10,00 por bomba confeccionada.

Os pedreiros e pedreiras que trabalham no projeto são agricultores e agricultoras das várias comunidades em que os projetos atuam. Para ser pedreiro ou pedreira na construção das tecnologias da ASA, o agricultor e a agricultora participam de um curso para esse fim. Lá aprendem as técnicas da construção e, em seguida, irão trabalhar no projeto construindo as cisternas. Por cada cisterna construída, é recebido um montante como uma contribuição para a execução do trabalho. Esse valor varia de R\$ 80,00 a 95,00 a diária na construção da cisterna de 16 mil e R\$ 60,00 a R\$ 80,00 para a cisterna de 53 mil litros. Essa é uma estratégia para contribuir com dinâmica econômica local, melhorando a renda e possibilitando uma melhoria na qualidade de vida desses pedreiros e pedreiras. Além do valor destinado aos pedreiros e pedreiras, em

alguns projetos é destinado também um valor para a família contratar ajudantes e para o processo de construção das cisternas de 53 mil litros.

Um outro talento local também utilizado nos projetos da ASA são os monitores reesponsáveis pelas capacitações. De acordo com informações colhidas junto aos CEDASB, é dada prioridade aos jovens camponeses que tenham as habilidades necessárias para serem os monitores dos cursos destinados aos beneficiários dos projetos. Esses monitores são remunerados por pessoa capacitada. O valor por pessoa capacitada varia entre R\$ 7,00 e 22,00.

#### *2.2.4 Utilização de técnicas diferenciadas de produção, estocagem e comercialização*

A ASA vem desenvolvendo e defendendo a implementação de estratégias de desenvolvimento do meio rural, pautadas nos processos de transição agroecológica e fortalecendo a perspectiva de convivência com o semiárido, a partir da construção coletiva de conhecimentos. Assim sendo, busca fortalecer uma nova visão de Assistência Técnica Extensão Rural (ATER) que rompe com o modelo dominante de uma ATER que oferece pacotes tecnológicos prontos. As experiências da ASA nesse campo tem o objetivo de contribuir para o debate de uma Política de ATER alicerçada em um processo educativo dialético e uma pedagogia construtivista, atentando para o potencial que a juventude tem, às novas necessidades sociais, à complexidade e às crescentes mudanças ocorridas no meio rural.

A proposta de ATER da ASA esta pautada nos princípios da agroecologia. Além disso, busca inserir as famílias camponesas do semiárido nas políticas públicas para desenvolvimento do campo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

##### *2.2.4.1 Produção agroecológica*

Uma técnica de para estimular a produção dos camponeses são os quintais produtivos. Cada família beneficiária das cisternas de produção do P1+2, recebe um conjunto de tecnologias composto pela cisterna de calçadão ou de enxurrada, 04 canteiros econômicos, uma tela de arame para cercar e sombrite para fazer a cobertura dos canteiros.

Com esse conjunto de tecnologias recebidas e com as capacitações que são oferecidas ao longo da execução do projeto, as famílias são estimuladas a produzir agroecologicamente, tanto para se alimentarem para ter uma segurança alimentar e nutricional como também para comercializarem o excedente do que é produzido.

Com a água estocada, os camponeses e camponesas produzem uma variedade de coisas, mas também buscam preservar espécies nativas como o umbuzeiro, a aroeira, o pau de rato, o mandacaru (ASA, 2011). Em outra parte da propriedade também são plantados o capim e a palma para servirem como reserva de alimento para os animais.

Outra técnica de produção muito importante e bastante valorizada é o uso do adubo orgânico feito com esterco de gado e de ovinos e do o biogeo para adubação do solo. É uma técnica agroecológica que tem melhorado a produtividade e a qualidade do que é produzido nos quintais e canteiros econômicos.

#### *2.2.4.2 Estocagem de alimentos, água e sementes*

Como já é sabido, na região semiárida, a água e as plantas não são suficientes para os animais passarem pelo período de estiagem que dura cerca de oito meses. Diante disso, são desenvolvidas técnicas de estocagem de água e alimentos. Dentre as técnicas de estocagem de água estão as tecnologias desenvolvidas pela ASA. Dentre as técnicas utilizadas estão a silagem, a fenação e a estocagem de palhadas.

A silagem é uma maneira de estocar forragem que é o alimento para os animais utilizando o capim elefante, o capim Napier, a rama da mandioca, o milho, o sorgo. Podem ser utilizadas outras plantas que sirvam de alimento para os animais que foram encontradas na própria comunidade. Esses alimentos devem ser guardados no silo que é o lugar onde se estoca a forragem triturada. O silo pode ser construído no chão, é o chamado silo de superfície ou dentro de uma vala comprida, o silo trincheira. Essa é uma técnica praticada há muito tempo e constitui uma das principais formas de alimentar os animais no período da seca (ASA, 2011).

A estocagem do feno consiste em desidratar ou secar os alimentos utilizados na alimentação animal. O processo de fenação inicia com o corte das plantas (de preferência com as folhas bem verdes) e deixadas que sequem ao sol ou à sombra, revirando de vez em quando. Algumas plantas por serem mais grossas devem ser trituradas antes do processo de secagem. Todavia, esse processo de secagem não pode

levar a planta a perder sua cor esverdeada, o que levaria a uma redução dos nutrientes (ASA, 2011).

Quando é feita a colheita do milho, do feijão, do sorgo, sobram as palhadas que, por vezes, ficam na roça sem serem aproveitadas. Para o seu aproveitamento, as palhadas devem ser guardadas em local coberto e seco, evitando a ação dos ventos e do sol (ASA, 2011). Assim, os animais terão mais uma fonte de alimento na época da estiagem.

Além da estocagem de água e alimentos para os animais a ASA vem disseminando práticas para estocar água e alimento para as pessoas. A estocagem da água pode ser feita de diversas formas por meio das tecnologias sociais implementadas no semiárido por meio dos projetos da entidade. Já a estocagem de alimentos, pode ser realizada por várias maneiras como a estocagem de grãos, de sementes vegetais e animais.

A estocagem de grãos é uma técnica de relevada importância para a vida das pessoas do semiárido. Muitas famílias utilizam métodos que foram praticados pelos mais antigos sem a utilização de agrotóxicos. A estocagem tanto pode ser feita nos silos de zinco, nos paios, em toneis ou em garrafas Pet. Os grãos devem estar bem secos antes de serem guardados e o recipiente deve ser bem vedado.

As sementes vegetais e animais devem ser estocadas por uma série de razões. Dentre elas, para garantir autonomia e soberania às famílias, ou seja, as famílias não ficam na dependência do governo fornecer semente ou comprar na iniciativa privada semente que, muitas vezes, é modificada geneticamente e não são apropriadas à região; preservar o patrimônio genético de plantas e animais adequados à região. A estocagem das sementes vegetais pode ser feita nos bancos de sementes comunitários ou da própria família.

#### *2.2.4.3 Comercialização da produção*

As famílias comercializam sua produção nas feiras locais, vendem para os programas governamentais e também na própria comunidade. Como renda dessa comercialização, as famílias recebem entre R\$ 150,00 a R\$300,00 por semana em média. Além da comercialização, as famílias também realizam trocas entre si. Funciona assim: uma família troca um determinado produto por outro que é produzido pelo seu

vizinho. Assim, eles vão solidificando as relações de troca na própria comunidade e melhorando sua renda.

Além da comercialização de produtos para a alimentação humana, alguns agricultores também comercializam alimentação animal, sobretudo, na época da estiagem. Eles vendem a forragem, um tipo de ração animal, aos vizinhos na própria comunidade e também nas feiras livres mais próximas. Cada saco da forragem é vendido por R\$2,00.

Para além das técnicas e inserção em políticas públicas, o programas da ASA busca organizar e potencializar as iniciativas produtivas, organizativas e de agregação de valor das cadeias produtivas da mandiocultura, apicultura e caprinovinocultura e produção de hortaliças; resgatar e disseminar os saberes da agricultura camponesa de base agroecológica junto às famílias camponesas, por meio de processos de formação, do intercâmbio de conhecimento com base na educação contextualizada e na sistematização e disseminação dos saberes e práticas.

### **2.3 o papel da ASA na promoção e fortalecimento do vínculo social**

A promoção e fortalecimento do vínculo social deve ser compreendido como algo necessário, especialmente para as populações que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente das disparidades sociais inerentes às sociedades capitalistas de nossa época. Nessa perspectiva, a ASA tem trabalhado no desenvolvimento de ações que favoreçam o pertencimento, o resgate da identidade camponesa, a melhoria das relações interfamiliares, de forma que essas alimentem o princípio da reciprocidade.

#### *2.3.1 Valorização da tradição e da dimensão cultural*

Inúmeras são as práticas e os costumes oriundos de populações que povoam o semiárido brasileiro. Trata-se de uma cultura sertaneja muito rica. Ela se manifesta pelos seus reisados, sambas de rosa, toadas, violeiros repentistas, poesia de cordel, bancos de sementes, mutirões, religiosidade, música, festas juninas, artesanato, culinária, frutas típicas, fundos rotativos solidários das comunidades, seu modo de vida (ASA, 2011). Diversas são as influências que essas populações exerceram e exercem em nossa sociedade. Diante disso, a ASA tem buscado fazer um resgate das culturas locais, bem como valorizar os saberes dos camponeses e camponesas.

Por meio de experiências que remetem ao modo de vida dessas populações, é imperativo que se promovam ações que permitam a continuidade dessas práticas tão significativas e que exerceram um papel singular na vida das próximas gerações. É nessa perspectiva que a ASA apoia e fomenta atividades culturais que permitem a expressão cultural de uma comunidade ou povo. Durante a realização de seus projetos, são realizadas as “noites culturais” onde são convidados grupos de reizados, sanfoneiros, grupos de teatro e outros grupos culturais locais para se apresentarem. Além disso, nas capacitações se discute a importância de resgatar e manter as tradições culturais locais.

### *2.3.2 Empoderamento político*

O resgate do cidadão para uma dimensão onde este possa ser portador de direitos, saindo de uma situação de passivo para o papel de protagonista. Isso é empoderamento político. É nessa perspectiva que os projetos da ASA se desenvolvem, eles são construídos com a participação e o protagonismo de homens, mulheres, jovens e crianças do semiárido brasileiro. Aqui, cada pessoa assume o papel de protagonista de todo o processo. Inicialmente a CEM escolhe a comunidade, em seguida é feita a mobilização da comunidade, ou seja, reúne todas as famílias para falar sobre o projeto a ser implementado na comunidade e fazer o cadastro da família.

Nos processos ao longo da execução do P1MC e do P1+2, a comunidade é convocada a se inserir nas várias atividades dos projetos. Também são identificadas pessoas que possuem espírito de liderança para compor as Comissões Locais (CL). Essas comissões são formadas por até 5 pessoas, sendo composta por homens e mulheres. Seu papel consiste em acompanhar a execução do projeto na comunidade dando suporte aos animadores sociais, contribuir com o controle social dos projetos, identificar famílias que ainda não foram beneficiadas etc.

### *2.3.3 Incentivo de estruturação de comunidade aberta*

É sabido que as comunidades possuem formas diferentes de produzir e de se organizar. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pela ASA, que é interligado por uma tessitura formada por organizações e comunidades espalhadas pelo semiárido, vem possibilitando e potencializando ferramentas que permitam extrapolar os limites de uma comunidade para conhecer a realidade de outras. Isso decorre em função da realização

atividades como os encontros, intercâmbios, dias de campo etc, permitindo que agricultores e agricultoras se desloquem para conhecer outras realidades distantes e diferenciadas e que, em muitos casos, jamais tiveram contato presencial.

Além de saírem em busca de novas experiências, os agricultores e agricultoras que desenvolvem experiências circunscritas na política de convivência com o semiárido, também recebem grupos de camponeses de outras comunidades para que possam mostrar o que vem desenvolvendo em sua comunidade.

Tais ações têm como objetivo mostrar o que está sendo desenvolvido pelas comunidades e buscar aprender novas experiências com outras comunidades. Essas ações permitem a reaplicação de experiências exitosas, oportunizando que outros grupos tenham acesso a elas. Assim, a interação entre grupos e comunidades abertas, sinaliza a existência de iterações sociais passando a dar forma novas redes de relacionamento.

### **CAPÍTULO 3. A ASA E A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: DISCURSO VERSUS PRÁTICA**

#### **3.1 Metodologia**

Quanto aos meios, a presente pesquisa pode ser considerada bibliográfica e estudo de caso. Bibliográfica porque utiliza da abordagem de alguns marcos teóricos presentes na atual discussão e estudo de caso pelo caráter de detalhamento que exige a compreensão de fenômenos sociais. O estudo de caso teve como unidade de estudo o município de Encruzilhada, no estado da Bahia, mais especificamente, a comunidade Sobrado. Optou-se pelo estudo de caso pela sua capacidade de detalhamento do objeto estudado (GIL, 2008). Nessa perspectiva, a metodologia empregada para a construção do presente trabalho se baseia nos fundamentos da pesquisa qualitativa por abordar em profundidade aspectos sobre o tema estudado. Silva & Menezes (2001) argumentam que, do ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa qualitativa é aquela que considera a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Nesse sentido, Neves (1996) afirma que os pesquisadores ao empregarem métodos qualitativos buscam visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração

empática com o processo objeto de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno investigado.

A unidade de estudo foi escolhida devido ao grau de conhecimento e relação que se tem com a comunidade do Sobrado por se tratar do lugar em que faz parte da história de vida pessoal. Além disso, a comunidade está entre as primeiras a serem atendidas pelos projetos da ASA no município de Encruzilhada.

A pesquisa realizada pode ser classificada em dois aspectos, quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa foi descritiva, pois se propôs a descrever as ações e os resultados obtidos pelos projetos desenvolvidos pela ASA na comunidade Sobrado, município de Encruzilhada, estado da Bahia. Quanto aos meios a pesquisa é considerada bibliográfica e documental. Bibliográfica, porque será realizada uma revisão literária explorando a literatura de Karl Polanyi (2000 e 2012), por meio de suas obras *A Grande Transformação* e *A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos*, onde o autor desenvolve sua tese história que trabalha a abordagem da economia plural. Também para o estudo da abordagem da economia plural nos referenciamos nos trabalhos de Lévesque (2009), Laville (2013) e França Filho (2014). Pesquisou também autores que discutem o semiárido como Malvezzi (2007), Batista e Campos (2011).

Do ponto de vista geral pesquisou-se em sítios eletrônicos (Ex: IBGE e Atlas Brasil do DHM). A análise documental fez uso de materiais e documentos que não estão totalmente disponíveis ao público, tais como relatórios e comunicados internos da instituição, relatórios físicos gerados pelo Siga.net. Além disso, recorreu também à Carta de Princípios da ASA, boletins, folders e informativos. Debruçou-se ainda sobre a lei que reza sobre a delimitação do semiárido, a Lei complementar 125 de 03 de janeiro de 2007.

O trabalho de coleta de dados foi realizado por meio de entrevistas, observações e análise de documentos. Para isso, foi necessário visitar a sede da organização para buscar informações sobre os projetos da ASA, bem como informações específicas sobre a comunidade investigada. Foi feita, também, uma solicitação de documentos que pudessem oferecer dados referentes aos trabalhos desenvolvidos pela ASA.

Foram entrevistados vinte e um atores sociais envolvidos nas ações desenvolvidas pela ASA. Foram cinco técnicos e prestadores de serviços, um membro da diretoria da UGT local, o CEDASB, dois membros da CEM do município de Encruzilhada e treze famílias beneficiárias dos projetos na comunidade Sobrado.

Quanto ao sexo dos entrevistados, foi usada da paridade de gênero. As entrevistas foram do tipo não-estruturadas, ou seja, não foi elaborado um roteiro padronizado, rígido. Esse tipo de entrevista, segundo Silva & Menezes (2001), pode ser explorado mais amplamente. As entrevistas foram realizadas no período de março de 2014 a junho de 2014.

A observação foi feita por meio de visitas à comunidade investigada visando, de maneira espontânea, estudar e observar os fatos. Durante as visitas, foram realizadas as seguintes atividades: visita às famílias beneficiárias, acompanhamento do trabalho de campo realizado pelos técnicos, participação em reuniões da comunidade, participação em reuniões da equipe técnica responsável pela execução dos projetos, participação em capacitações de beneficiários, acompanhamento de atividades produtivas que envolvia o uso das tecnologias implantadas nas comunidades, participação no encontro de monitoramento e avaliação. O registro da observação foi feito no momento em que a mesma ocorreu por meio de tomada de notas por escrito e por meio de registros fotográficos.

Depois de realizada a investigação, prosseguiu-se para a análise dos dados obtidos. Tal procedimento se deu por meio da descrição, da análise e da interpretação das informações obtidas em forma de texto.

## **3.2 Conhecendo o município de Encruzilhada e a Comunidade Sobrado**

### *3.2.1 O município de Encruzilhada*

No ano de 1825, o sertanejo Antônio Carlos Cerqueira, vindo provavelmente da região de Condeúba na Bahia à procura de um local para melhores negócios, estabeleceu-se às margens do Rio Água Preta. Ele instalou uma selaria no cruzamento de estradas que ligavam o estado de Minas Gerais às regiões Sul e Sudoeste do estado da Bahia. O local foi escolhido pela facilidade de acesso à água e pela facilidade encontrada no escoamento dos produtores de sua fabricação. Esse cruzamento de estradas era importante rota de passagem de boiadeiros e tropeiros procedentes de Minas Gerais. O fato de existir esse cruzamento de importantes vias, deu origem ao nome Encruzilhada.

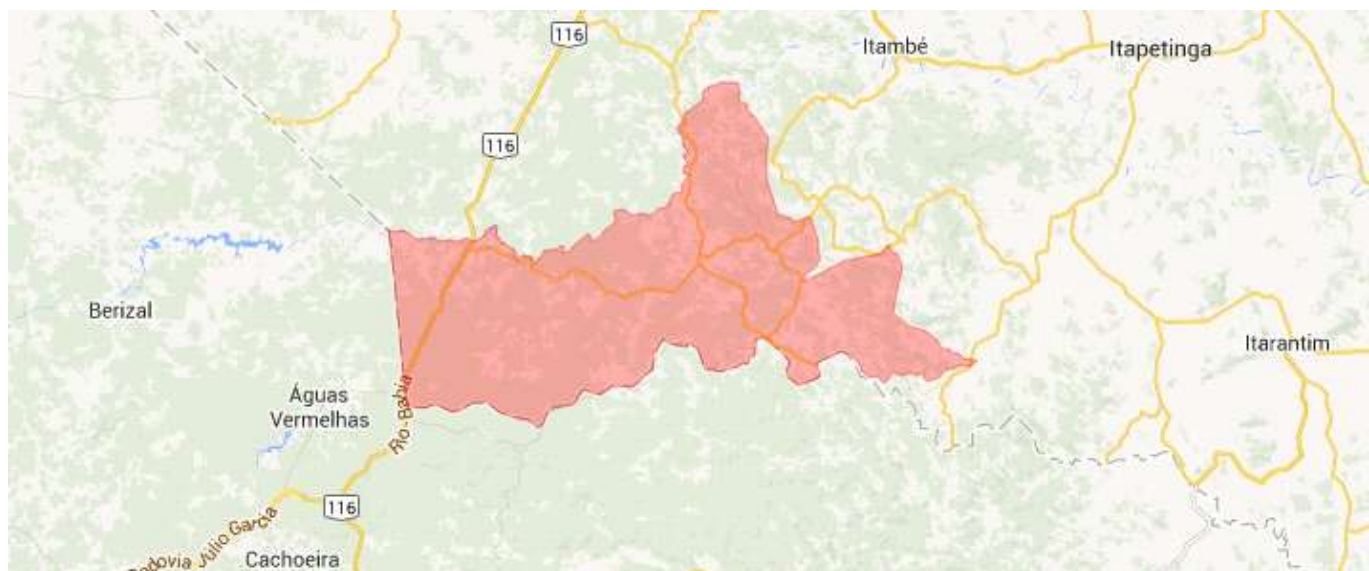
A história de povoação da região que deu origem ao município contada pelo Sr. Elicio Palles de Oliveira, nascido em 21 de agosto de 1925 e ex-prefeito do município, nos conta que em 1885 foram construídas as primeiras casas, que constituiu um

apequeno arraial com poucas residências. Por volta de 1900 tornou-se distrito de Vitória da Conquista. Muito embora localizada em zona pecuária por excelência, o lugarejo que surge, evoluía com certa lentidão. Anos mais tarde, em 1891, foi inaugurada uma grande casa comercial de propriedade Coronel da Guarda Nacional: João de Paula Moreira, que mais tarde viria a ser intendente municipal.

Desmembrado de Vitória da Conquista, o arraial de encruzilhada foi elevado á categoria de vila pela lei estadual 1483, de 17/06/1921. Sua emancipação política ocorreu a 1º de janeiro de 1922, passando à categoria de cidade abrangendo uma extensa área onde hoje compreende os municípios de Ribeirão do Largo, Macarani, Maiquinique, Itarantim, Potiraguá e sua área atual.

Atualmente, o município teve sua área desmembrada dando origem a novos municípios (Ribeirão do Largo, Macarani, Maiquinique, Itarantim e Potiraguá). Nessa nova configuração de seu espaço geográfico, o município passou a fazer limite com os municípios de Vitória das Conquista ao norte, Macarani ao Leste, Cândido Sales ao Oeste, Mata Verde e Divisópolis, ambos os municípios do estado de Minas Gerais, em sua parte sul.

**Figura 3 - Mapa do Município de Encruzilhada/Ba.**



Fonte: Google Maps 2014

O município está situado no Centro Sul Baiano na microrregião de Itapetinga a 607 km da capital baiana, Salvador, na porção semiárida do estado. Trata-se de uma região composta de 265 municípios onde vive praticamente 50% da população do

Estado. De acordo com dados de 2010 colhidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município ocupa uma área de 2.048,76 km<sup>2</sup> de extensão territorial e uma população de 23.766 residentes, com densidade demográfica de 11,61 hab/km<sup>2</sup>.

Grande parte da população de Encruzilhada reside no campo e trabalha em atividades agrícolas. Sua população apresenta os piores indicadores sociais e econômicos do Estado da Bahia. Com base nos dados colhidos no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Encruzilhada é de 0,544, em 2010, ocupando a posição 385º no *ranking* do índice no estado da Bahia. Com esse índice, o município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Ainda de acordo como os dados do Atlas, entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu no município em análise, em termos absolutos, foi Educação (com crescimento de 0,259), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,092), seguida por Longevidade e por Renda.

A renda per capita média de Encruzilhada cresceu 91,74% nas últimas duas décadas, passando de R\$114,74 em 1991 para R\$158,81 em 2000 e R\$220,00 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 38,41% no primeiro período e 38,53% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 47,15% em 1991 para 26,17% em 2000 e para 22,89% em 2010. De acordo com o Índice de Gini, desigualdade diminuiu, passando de 0,51 em 1991 para 0,45 em 2000 e para 0,49 em 2010 (BRASIL, 2013). Todavia, a realidade do município ainda é marcada pelas desigualdades sociais e econômicas.

De acordo com dados do Programa Brasil sem Miséria, os registros obtidos em abril de 2014 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de maio de 2014 do Programa Bolsa Família, o município tem 5.612 famílias registradas no Cadastro Único e 3.558 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que corresponde a 57,54 % da população do município.

Enquanto característica econômica, o município tem como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o município possui um rebanho bovino de 34.622 cabeças. Uma das principais culturas produzidas pela agricultura do município é o café. Ainda de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, são produzidas 5.226 toneladas de café tipo arábica em

grão (verde) em 478 estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes, gerando uma renda de aproximadamente 18 mil reais/ano por propriedade.

Além do café que é produzido, em sua maioria, em grandes propriedades na forma de monocultivo, existe também a produção de café realizada nas pequenas propriedades. Além disso, na pequena agricultura também se produz banana, mandioca, laranja, cana-de-açúcar, feijão, milho, manga, hortaliças etc.

A estrutura política e administrativa do município é composta pela Prefeitura Municipal e de 06 secretarias municipais, a saber, secretaria de educação, secretaria de saúde, secretaria de transporte, secretaria de agricultura, secretaria de esporte, cultura e lazer e secretaria de finanças. O prefeito da atual gestão, 2013 a 2016, é do Partido dos Trabalhadores (PT). A Câmara Municipal de Vereadores, de acordo com dados do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), é composta de 09 vereadores dos seguintes partidos PP, PTB, PSD, PHS, PT, PC do B e PSDC.

Do ponto de vista da organização social, existem sindicatos de classes, como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Sindicato dos Produtores Rurais (SPR), Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais (SPPR), uma delegacia do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vitória da Conquista e Região Sudoeste da Bahia (SINSERV). Há também a presença de organizações de cooperativas como a Cooperativa Mista Agropecuária dos Pequenos Produtores Rurais do Sudoeste da Bahia (COOPASUB), de associações de moradores urbanas e rurais, associações de produtores rurais, dentre outras. Além das organizações da sociedade civil, existe uma presença forte de movimentos sociais como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

### *3.2.2 A Comunidade Sobrado*

A comunidade conhecida como Sobrado, localizada a 45 km da sede do município de Encruzilhada, possui, aproximadamente, 100 famílias e 450 habitantes na localidade. Por se localizar em uma região semiárida, a comunidade apresenta condições edafoclimáticas características da região. Possui um relevo com planaltos e morros e poucas áreas preservadas com vegetação nativa, a caatinga.

A ocupação da comunidade se deve à sua localização que fica a 13 km do Rio Pardo. Conta o Sr. Maximino Antunes, de 92 anos e um dos moradores mais antigos da comunidade, que a comunidade era habitada por índios e ciganos. Esses últimos

deixaram a localidade e ficou essa porção de terra “sobrada”. Com o passar dos tempos, outras famílias foram chegando e apossando do lugar. Ainda segundo ele, como não tinha um nome, as pessoas foram dizendo “eu moro naquele sobrado”. Assim, esse lugar passou a se chamar Sobrado.

Historicamente, Sobrado constitui-se uma típica comunidade camponesa que se reproduz por meio da produção agrícola familiar, da posse e do cultivo da terra como possibilidade de reprodução social e como forma de suprir suas necessidades. Em sua maioria são agricultores que possuem pequenas glebas adquiridas como herança deixada pelos antepassados.

Do ponto de vista da organização política e social, a comunidade está organizada em uma associação de pequenos produtores rurais, a Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade do Sobrado e Região, fundada em 27 de agosto de 1997, possuindo atualmente com 65 associados. Além da organização em associação, possui cooperados na Cooperativa Mista Agropecuária dos Pequenos Agricultores do sudoeste da Bahia (COOPASUB); faz parte da Comissão Executiva Municipal (CEM) da ASA; faz parte do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), como sindicalizados e também com membros na diretoria do mesmo. Além de se organizarem por meio das entidades organizacionais legalmente constituídas, a comunidade também realiza mobilizações coletivas por meio dos chamados mutirões. Trata-se de uma atividade utilizada originalmente no meio rural com a finalidade de se ajudarem mutuamente ou mesmo realizar algum tipo de atividade para uma família que esteja necessitada de tal ajuda.

As manifestações religiosas e culturais presentes na comunidade são predominantemente de origem católica, todavia, existe também a presença de religiões protestante. As principais festividades e atividades culturais são: a festa da padroeira da comunidade, Nossa Senhora do Carmo, celebrada no dia 16 de julho, as comemorações natalinas, reisado, cavalgada, missa do vaqueiro e festas juninas.

De acordo com dados obtidos na Secretaria Municipal de Educação de Encruzilhada, na comunidade estudada possui uma escola pública, a Escola Municipal Ricardo Pereira dos Santos, onde estão matriculados 56 alunos do pré ao quinto ano nos turnos matutino e vespertino.

Em visitas realizadas na comunidade, observou que algumas famílias ainda cultivam a terra utilizando de práticas extremamente danosas ao meio ambiente, como as queimadas. Outra prática muito comum é a fabricação de carvão vegetal utilizando a

vegetação da caatinga. Trata-se de uma atividade que vem sendo desenvolvida ao longo de muitos anos e emprega parte significativa da mão-de-obra, principalmente dos homens da comunidade. Por outro lado, observou que, em nenhuma das famílias visitadas, é feito o uso de agrotóxicos em suas propriedades.

### **3.3 Os resultados das ações da ASA na comunidade Sobrado**

As ações da ASA na comunidade do Sobrado, município de Encruzilhada, tiveram início em 2004 por meio da construção de cisternas de placas de 16 mil litros. Inicialmente, teve certa resistência das famílias em acolherem o Projeto por conta da contrapartida que deveriam ter. Essa contrapartida é uma metodologia empregada pela ASA para que a família se envolva em todas as etapas da execução do Projeto. Assim, é contrapartida da família, participar do GRH, escavar o buraco onde será construída a cisterna, acolher o pedreiro ou pedreira em sua casa e disponibilizar ajudante para o processo de construção da cisterna. Todavia com o passar dos tempos, as próprias famílias foram se mobilizando e solicitando da CEM que fossem destinadas cisternas para as famílias da comunidade, pois foram percebendo a importância da cisterna no pé da casa bem como a transformação que a chegada da cisterna provocou na vida das famílias beneficiárias.

De acordo com dados do SIGA Net, programa desenvolvido e alimentado pela ASA, até o final de 2013 foram construídas 90 cisternas de consumo, 02 cisternas calçadão, 09 cisternas de enxurrada e 06 barreiros trincheira familiares na comunidade estudado. Com essas implementações, a comunidade está praticamente universalizada com a primeira água, ou seja, quase todas as famílias já possuem a água para consumo humano, por meio das ações do PIMC. No que se refere aos projetos de segunda água, ainda está em um processo inicial de implementação de tecnologias. Significando um longo caminho a ser percorrida para incluir todas as famílias no P1+2. Ao todo, foram beneficiadas 450 pessoas, aproximadamente.

Para além das ações específicas de construção de tecnologias, foram realizadas na comunidade várias capacitações em GRH, SSMA, GAPA, confecção de bombas, intercâmbios, entre outras. Para além disso, segundo o animador social do CEDASB Heber Rocha,

o leque de ações e desenvolvimento de valores que a ASA proporciona, não atendendo somente às necessidades hídricas, mas fortalecendo (discutindo questões pertinentes por meio de encontros e capacitações coletivas) e chamando atenção das comunidades específicas, para a importância da organização para a convivência e permanência do homem/mulher do campo.

De acordo com os dados coletados por meio de entrevista com a CEM do município de Encruzilhada, o trabalho da ASA desenvolvido no município “é de suma importância porque [...] não está levando só água, mas está levando vida para [as] pessoas [...] de nosso município, fazendo com que essas famílias permaneçam em suas comunidades, evitando que elas migram para as cidades e lá [podem] até passar necessidades” (CEM, 05/06/2014, grifo meu). Ainda de acordo com a CEM, a chegada da ASA para o município possibilitou conquistas significativas para as famílias. Já são aproximadamente 60% das famílias que vivem na zona rural do município beneficiadas com as várias tecnologias sociais.

A possibilidade de ter água para o consumo da família, para produzir alimentos, criar pequenos animais representa uma condição fundamental para a sobrevivência do campesinato, bem como a garantia de uma vida melhor, onde toda a família tem a possibilidade de estar envolvidos em processos produtivos, processos de formação técnica e política, garantindo sua autonomia financeira e o controle de suas vidas.

A resistência na terra e o retorno de famílias para o campo representa uma conquista de importância ímpar para o meio rural do semiárido brasileiro. Na comunidade já se nota uma redução de pessoas, sobretudo, homens e jovens, que saíram para os grandes centros como São Paulo e Belo Horizonte em busca de trabalho que pudesse ganhar o mínimo necessário para a sobrevivência da família, o que significa que foram melhoradas as condições de vida no campo, proporcionando sua permanência.

No caso da comunidade Sobrado, a transfiguração do “combate à seca” para o processo de “convivência com o semiárido”, acontece carregada de forte teor político, de fortalecimento da identidade camponesa e de pertencimento ao campo. Antes, as famílias estavam reféns dos carros-pipa, hoje, com a chegada das cisternas está garantida a segurança hídrica e essas famílias já não mais necessitam de ações de carros pipa para o seu abastecimento, exceto em ocasiões específicas em que o período de

estiagem se prolonga. Ainda assim, por meio das capacitações, as famílias já compreendem que o acesso à água é um direito e, por isso, ele deve ser assegurado.

No depoimento de uma beneficiária dos projetos da ASA na comunidade Sobrado, mostra a transformação provocada com a chegada das cisternas. Para ela não ter que ir de madrugada para a cacimba esperar a água minar e depois carregar na cabeça, já é a principal mudança ocorrida. Hoje com as cisternas e os barreiros, já não há mais necessidade de acordar de madrugada para pegar água, pois a comunidade está abastecida, inclusive atravessou o último período de seca sem passar por maiores dificuldades com a falta de água.

Outra mudança relatada foi a percepção da importância em preservar a vegetação local. Devido às queimadas frequentes para a fabricação do carvão vegetal, nas capacitações foram discutidas as implicações desse processo para o meio ambiente bem como para a vida da fauna local. Hoje muitos moradores já se conscientizaram e buscaram outras alternativas para obter renda. Dentre elas está a construção de cisternas e a produção para comercializar utilizando água armazenada nas tecnologias sociais recebidas pelos projetos da ASA.

Uma atividade maléfica ao meio ambiente e bastante praticada por alguns moradores, era a caça predatória de animais. Isso também tem diminuído de acordo com depoimento das famílias. Todavia trata-se de uma prática muito antiga, fazendo parte da própria cultura local sair aos domingos para caçar. Assim fica mais difícil combatê-la e exige mais tempo de trabalho de conscientização para ser superada por completo.

### **3.4 As ações da ASA e os desafios de melhorar as condições de vida no semiárido: avanços, limites e perspectivas**

#### *3.4.1 Avanços e conquistas na política de convivência com o semiárido da ASA*

Não obstante seja inegável a busca da ASA em melhorar as condições de vida do semiárido, ao longo de sua caminhada, segundo Heber Rocha,

o trabalho da ASA tem sido de fundamental importância para o desenvolvimento da região onde ela está presente. Importância essa, que não se resume somente no que se refere a facilitar o acesso à água de qualidade. Mas abarca um conjunto de ações e valores que contribuem objetivamente, para o melhoramento da vida do homem e da mulher do campo.

As tecnologias sociais desenvolvidas pela ASA na região semiárida do Brasil tem contribuído significativamente para a melhoria da vida das famílias que vivem nessa região. De acordo com Eliane Almeida, Coordenadora Técnica de projetos no ISFA, várias são as contribuições que podem ser percebidas. Em suas palavras,

a primeira contribuição que se pode elencar, é o fato de que essas famílias a partir das tecnologias sociais passam a ter acesso àquilo que lhes é de direito: a água. Água propícia para o consumo humano. Em paralelo a essa conquista, que se faz primordial, temos a bagagem de conhecimento socializado que os agricultores e agricultoras protagonizam junto às equipes técnicas, que agregam valores na luta do homem e da mulher do campo.

A metodologia da ASA adotada na execução de seus projetos vem promovendo uma interação entre os vários atores sociais envolvidos. De acordo com Eliane Almeida, esses atores estão “construindo juntos caminhos de difusão das possibilidades que culminam na melhoria da qualidade de vida, no aprimoramento do conhecimento, no fortalecimento das tradições populares e na elevação de sua autoestima”.

A melhoria da qualidade de vida da população encruzilhadense vem sendo conquistada paulatinamente, como apontam dados do IDHM. De acordo com esses dados, a mortalidade infantil em crianças com menos de um ano reduziu 30%, passando de 38,5 por mil nascidos vivos em 2000 para 26,7 por mil nascidos vivos em 2010. Todavia, esse índice está acima do previsto pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas que aponta que esse índice para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Além disso, o município apresenta taxa de mortalidade acima das estadual e nacional que é 21,7 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

A educação é outro indicador de qualidade de vida. No município estudado, o índice de pessoas em idade escolar que passaram a ter acesso ao sistema de ensino também aumentou, de acordo com os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013, no período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 70,96% e no de período 1991 e 2000, 537,77%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 176,17% entre 2000 e 2010 e 447,93% entre 1991 e 2000. Quando tratado dos jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo, esse índice aponta um crescimento de 755,58% no período de 2000 a 2010 e 14,50% no período de 1991 a 2000. A proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 871,63% entre 2000 e

2010 e -61,58% entre 1991 e 2000. A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 30,96% nas últimas duas décadas.

A melhoria em indicadores importantes que compõem o IDHM no período de 2000 a 2010, são resultados de uma série de políticas públicas executadas pelos governos municipais e federais de forma conjunta. Todavia, é de destaque as ações da ASA especialmente no que pese as melhorias na saúde da população. Como aponta a esperança de vida ao nascer, que é importante indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do IDHM. Em Encruzilhada, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,5 anos nas últimas duas décadas, passando de 61,8 anos em 1991 para 66,1 anos em 2000, e para 70,2 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 72,0 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Além da melhoria nas taxas acima indicadas, de acordo com o Diretor Presidente do CEDASB, Everaldo Mendonça, as principais conquistas alcançadas pela ASA ao longo dos anos de sua caminhada foi a conquista de políticas públicas que possibilitaram a inclusão de famílias ao sistema público de educação, à saúde, o acesso ao crédito, entre outras. Isso possibilitou que elas alcançassem o direito à educação, saúde e de se alimentar com qualidade. Ademais, promoveu a garantia do acesso à água para consumo humano e produção de alimentos e comercialização de seus produtos, gerando renda e movimentando a economia local.

Perguntada sobre os principais avanços da ASA, Eliane Almeida considera como sendo significativo a “desmistificação do nordeste enquanto sendo região de miséria”. Isso possibilitou uma ruptura de paradigma sobre a visão que se tinha sobre o Nordeste. Trata-se de enxergar este importante espaço geográfico a partir de suas possibilidades e potencialidades, não mais a partir de suas limitações físicas. Outra mudança que se configura enquanto uma conquista significativa, segundo ela, foi a “capacidade de convencer o governo”, ou seja, a inserção da ASA nos espaço de debate com o Governo possibilitou dialogar e desenvolver parcerias que culminaram em Projetos com resultados positivos. Com isso, o Governo passa a acreditar na capilaridade da ASA em desenvolver e implementar Projetos. Assim, a organização assume um papel importante de propor e pautar o Governo.

A conquista das tecnologias sociais de acesso à água como um direito das famílias é sem dúvidas o ponto alto e principal destaque quando perguntamos aos

entrevistados sobre os principais avanços da política de convivência com o semiárido desenvolvida pela ASA.

### *3.4.2 Limites e perspectivas das ações da ASA*

Algumas dificuldades são percebidas ao longo da execução dos projetos, para a CEM essas dificuldades não inviabilizam o projeto, mas dificultam sua implementação. A CEM enumerou seis dificuldades, são elas: 1) estradas em mau estado de conservação; 2) atraso na entrega dos materiais necessários para a construção das tecnologias; 3) fornecedores que entregam os materiais em horários que não permitem o acompanhamento da entrega, como à noite, por exemplo; 4) entrega incompleta dos materiais pelos fornecedores; 5) famílias que não contribuem com o processo de construção, dificultando o trabalho do pedreiro; 6) dificuldades de deslocamento dos pedreiros de uma casa para outra, pois, algumas famílias moram distantes umas das outras.

Ao longo das observações realizadas durante a construção do presente trabalho, observou-se que algumas famílias beneficiárias dos projetos de segunda água, mais especificamente, que receberam uma cisterna de produção não estão utilizando a água armazenada nas cisternas para produzir. Isso se configura como uma questão a ser analisada pela ASA, para que os projetos de fato cumpram com seu objetivo que produzir alimentos e promover a segurança alimentar e nutricional das famílias do semiárido.

Para o animador social do CEDASB, Heber Rocha,

um dos principais desafios [no desenvolvimento das ações da ASA] diz respeito, à compreensão de forma definida, da verdadeira intencionalidade da ASA frente à figura do/a agricultor/a; desafio esse, que desencadeia outras diversas dificuldades, que de alguma forma atrapalham o desenvolvimento de tais atividades. Isto é, compreender a ASA como uma importante parceira do pequeno agricultor, que através das diversas implementações contribui de forma direta, para a melhoria da vida do homem e da mulher do campo. Fortalecendo a consciência, de que não se pode combater a seca, mas que é possível conviver com essa realidade.

O trabalho desenvolvido pela ASA vem suscitando nas comunidades a busca pelos direitos e o debate a cerca das demandas locais. É aqui que se percebe que ainda

tem muitos desafios a serem superados como o acesso à terra, assistência técnica, acesso ao crédito, gestão de empreendimentos entre outros.

A intermitência dos recursos que possibilitam a execução dos projetos é um fator que se apresenta enquanto desafiador. Os recursos gestados pelas UGT's e UGM's da ASA tem origem nos editais lançados pelos governos estadual e federal, autarquias entre outros organismos financiadores internacionais. Ocorre que os projetos tem um tempo cronológico para sua execução e, quando finda esse tempo, as atividades são suspensas, provocando uma interrupção que não permite uma atuação contínua e duradoura. A ASA tem procurado superar tal desafio por meio de parcerias locais visando o desenvolvimento de ações que permitam a continuidade das ações.

Um debate que tem desafiado ações de convivência com o semiárido é a chegada das cisternas de plástico. Trata-se uma tecnologia para armazenar água distribuída, desde 2011, pelo Programa Água para Todos, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional. A meta é beneficiar 750 mil famílias até 2014. De acordo com dados da ASA (2014), esse tipo de tecnologia não é adequado para a realidade da região semiárida brasileira por vários motivos, bem como possui uma série de impactos e efeitos negativos da disseminação dessas cisternas para o fortalecimento da estratégia de convivência com o semiárido. O primeiro motivo que se aponta é o custo de reaplicação desta tecnologia. Enquanto uma cisterna de placas custa R\$ 2.400,00, a cisterna de plástico custa R\$ 5.000,00. Outro motivo é a metodologia empregada para a sua reaplicação. Elas são distribuídas para as famílias sem que estas participem de atividades de mobilização social ou mesmo capacitação para o manejo da água armazenada; além disso, não utilizam mão-de-obra local, sendo sua instalação feita por uma empresa contratada para este fim, gerando lucros aos grandes fabricantes. Um terceiro motivo que se pode citar é durabilidade da tecnologia. De acordo com notícias vinculadas em jornais, algumas delas apresentaram problemas como deformações e rachaduras por não suportar a calor da região em menos de três meses de instalação. Quando ocorre esse tipo de problema, geralmente são substituídas por novas cisternas, gerando mais gastos aos cofres públicos.

A metodologia adotada pelo Governo ao distribuir cisternas de plástico para o povo do semiárido corrobora com o tipo de política assistencialista que, em vez de libertar, acorrentam a população, de acordo com a ASA (2014). Isso sinaliza para um retrocesso que interrompe o fortalecimento de atividades comunitárias e enfraquece o processo pedagógico realizado pela ASA junto às comunidades beneficiadas com o com

o P1MC e com o P1+2. Além disso, o trabalho de técnicos e entidades engajadas nos Programas, junto às comunidades, também será prejudicado, podendo, inclusive, trazer de volta a chamada "indústria da seca", ou seja, que a implantação de cisternas seja usada como moeda política.

O governo justifica a adoção das cisternas de polietileno como instrumento para acelerar o acesso a água para todas as famílias do semiárido. Todavia, ainda de acordo com dados da ASA (2014), isso não vem acontecendo. Das 300 mil cisternas disponibilizadas pelo Governo, poucas foram instaladas e muitas já começaram a ter problemas técnicos nos pátios onde estão armazenadas aguardando instalação. Isso demonstra a ineficiência da política adotada pelo Governo.

Uma dificuldade apontada por algumas famílias entrevistadas foi a disponibilidade em participar das atividades da ASA. Isso ocorre, segundo elas, devido a incompatibilidade de tempo, pois em alguns casos, o período de implantação das ações dos projetos nas comunidades coincide o período de plantio ou de colheita, impossibilitando sua participação de forma mais efetiva.

Apesar de todo o esforço da ASA no sentido de ampliar as tecnologias e implementar a política de convivência com o semiárido, há o entendimento da necessidade de mais aporte público que possa viabilizar a criação de centros de referência que possam estudar as diversas faces do semiárido e desenvolver novas tecnologias dentro da dinâmica da ASA.

Para Eliane Almeida, o trabalho da ASA ainda enfrenta muitos desafios, todavia, o horizonte que se descortina também é de novas possibilidades e perspectivas. Ela enxerga como "perspectiva a ampliação das tecnologias sociais para o fortalecimento da agricultura familiar no intuito de um futuro com um modelo agrícola que corresponda de fato com as necessidades daqueles que alimentam esse país".

O trabalho da ASA em torno da política de convivência com o semiárido tem uma trajetória curta e, por isso, há muito o que ser realizado ainda. É necessário ampliar o acesso água de consumo, promover a inclusão produtiva, debater e defender a urgência de uma reforma agrária, capacitar famílias, disseminar e desenvolver experiências de educação contextualizada, combater a desertificação, realizar o assessoramento técnico e a extensão rural, promover a produção agroecológica entre outras ações necessárias para o desenvolvimento econômico e social da região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver o presente trabalho monográfico, tivemos como objetivo principal analisar as iniciativas da ASA na promoção de ações para a convivência com a região semiárida do Brasil, buscando explicitar a eficiência/eficácia de sua atuação tendo como unidade de estudo a comunidade Sobrado, no município de Encruzilhada – Ba, no período de 2003 a 2013. Os objetivos específicos foram: caracterizar a região semiárida, discutir o conceito de economia plural como categoria analítica das relações socioeconômicas, explicitar o funcionamento da ASA e analisar a efetividade das ações de convivência com a seca na comunidade Sobrado, no município de Encruzilhada – Ba.

Traçados os objetivos, buscou-se responder nosso problema de pesquisa que questiona: o paradigma de convivência com o semiárido consegue contribuir para melhorar as condições de bem estar e produção da região semiárida do país?

Para responder nossa questão norteadora, foram tecidas reflexões, pesquisas, entrevistas, leituras. Todavia, a escolha do referencial teórico na compreensão do caso estudado foi de fundamental importância. O olhar holístico proporcionado pela visão presente na economia plural permitiu uma melhor compreensão do fenômeno estudado, bem como possibilitou perceber outras relações sociais para além das relações econômicas.

Com a realização do trabalho empírico por meio da pesquisa documental, visitas *in locus*, entrevistas e o confronto com a teoria, priorizando-se a relação indissociável entre teoria e prática, pode-se considerar que existe uma economia não necessariamente de mercado. Trata-se de uma forma de economia entrelaçada por princípios não puramente econômicos, que, todavia, vem promovendo uma dinâmica econômica local.

Das leituras realizadas, no que tange a existência de outras formas de economia, pode-se perceber um forte impulso no sentido da reciprocidade, especialmente o voluntariado e a doação, que dá consistência à associação voluntária. Percebeu também indícios do princípio domesticidade, uma vez que a parte da produção é para o consumo da própria comunidade. Trata-se de uma percepção da existência dos princípios econômicos, no campo em que circunscreve a economia plural de Karl

Polanyi, nas ações da ASA. Tal presença é marcada especialmente na metodologia e pedagogia empregadas nas atividades de formação das famílias beneficiárias, na forma de produzir e comercializar, nos intercâmbios, nos mutirões e na contrapartida das famílias no âmbito dos Projetos P1MC e P1+2.

Assim, tratando de uma análise subsidiada pelas Ciências Econômicas, é de importância singular destacar o papel da ASA na geração de bens e serviços por meio das atividades de formação, das contribuições que são realizadas para as famílias construírem suas cisternas, a atuação de pedreiros e pedreiras locais o incentivo aos jovens. Tudo isso tem contribuído para a geração e distribuição de renda nas comunidades.

Por meio fortalecimento da estratégia de convivência com o semiárido, no qual as organizações que fazem a Articulação têm investido seus esforços nos últimos anos no sentido de ampliar a participação e o acesso à políticas públicas, é possível verificar que houve uma melhoria na qualidade de vida das famílias da região, não somente porque passaram a ter acesso à água de qualidade, mas porque participam de toda uma ação pedagógica que tem debatido o pertencimento e o resgate da identidade camponesa.

É inconteste que as secas afetam sobremaneira a região semiárida do Brasil. Desta forma, as ações decorrentes do P1MC e do P1+2 se mostraram capazes de amenizar os efeitos dos longos períodos secos por meio do desenvolvimento e execução de ações compatíveis com a realidade da região. Isso tem possibilitado uma transição paradigmática do “combate à seca” para a “convivência com o semiárido”, conforme foi possível perceber ao longo da construção deste trabalho. Trata-se de uma transição lenta, mas que, ao mesmo tempo vem provocando importantes transformações na forma como o semiárido é concebido, na forma como são desenvolvidas as políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades decorrentes da ocorrência de secas, no desenvolvimento de estudos sobre o tema, bem como no desenvolvimento de novas tecnologias adequadas à região.

A política de convivência com a seca exige que as ações voltadas para esse fim sejam multifacetadas e que adotem uma pedagogia de participação e mobilização social, o que a diferencia das iniciativas inseridas na vertente do “combate à seca”. Isso evidencia que ações como o uso de carros pipas, a construção de grandes barragens, o incentivo a produção irrigada entre outras, não são capazes de superar os problemas

enfrentados pela região, ao contrário, são responsáveis por manter a estrutura de poder e a reprodução da miséria do povo do semiárido.

Ante ao trabalho realizado, verificou-se que a política de convivência com o semiárido desenvolvida pela ASA não é um processo exógeno, é um processo protagonizado exclusivamente pelas famílias residentes no semiárido possibilitando a construção de alternativas apropriadas à região alicerçadas na participação social e nas iniciativas que resultam em melhoria da qualidade de vida.

Todavia, é de bom alvitre salientar que, no decorrer da construção do presente trabalho, deparou com uma dificuldade em desenvolver uma análise isenta das impressões pessoais, devido a aproximação com o objeto estudado. Isso em decorrência de trabalhar já há algum tempo nos projetos da ASA e pelas convicções já consolidadas ao longo dos anos militando na região nas políticas de convivência com o semiárido.

No entanto, o trabalho elaborado buscou lograr êxito respondendo sua problemática e cumprindo seus objetos, pois a ideia era apresentar reflexões sobre a região semiárida do Brasil a fim de contribuir com o debate sobre tema. Assim, os estudos realizados apontam que as características econômicas, sociais, culturais e geográficas da região não se configuram como entraves ao seu desenvolvimento. Logo, foi possível verificar que a concepção da convivência com o semiárido supera as condicionantes climáticas, articulando as vertentes social, política e ambiental, rompendo com o imaginário de semiárido inviável e reafirmando as potencialidades da região.

Em suma o trabalho realizado aponta que as ações no âmbito dos projetos desenvolvidos e executados pela ASA descortinam um amplo leque de possibilidades seja para a sociedade civil organizada para continuar na ação propositiva/experimentadora, como, também, para as esferas governamentais no sentido de incluir na formulação de políticas públicas tal modalidade de desenvolvimento. Além disso, sinaliza para a necessidade de novos estudos em que possam ser captados os resultados das ações da ASA de forma isolada de outras políticas públicas, bem como pesquisar a postura do Estado diante da demanda que emerge da sociedade civil organizada.

## REFERENCIAS:

ALVES, Maria Odete & BURSZTYN, Marcel. *Raízes e Prática de Economia Solidária: Articulando Economia Plural e Dádiva numa Experiência do Ceará*. **Revista Econômica do Nordeste**. Volume 40. Nº 03, Julho – Setembro, 2009, p. 587 - 603.

ASA. **Caminhos para a convivência com o semiárido**. Recife: ASACom, 2008.

\_\_\_\_\_. **Carta de Princípios**. Disponível em: < <http://www.asabrasil.org.br> >. Acesso em: 03 de jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Conviver com o semiárido: água para produção**. Cartilha Elaborada pela ASA Bahia. Feira de Santana. 2011.

\_\_\_\_\_. **Declaração do Semiárido Brasileiro**. Disponível em: < <http://www.asabrasil.org.br> >. Acesso em: 03 de jan. 2014.

ASSURUÁ, Centro de Assessoria do. **Capacitação de pedreiros para construção de cisternas de produção**. Irecê: Projeto Cisternas nas Escolas, 2008.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Perfil Municipal**. Disponível em: < [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/encruzilhada\\_ba](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/encruzilhada_ba) >. Acesso em 30 de maio de 2014.

BAPTISTA, Naidison de Quintella & CAMPOS, Carlos Humberto. **As possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento no semiárido**. Porto Alegre: Redesan, 2011.

BOISIER, Sérgio. *Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político*. **Revista Planejamento e Políticas Públicas** (IPEA), n. 13, jun. 1996, p. 111 – 147.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil Sem Miséria no seu Município/Município: Encruzilhada/Ba**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/texto/proc.php>>. Acesso em 30 de maio de 2014.

CARVALHO, Horácio Martins. **Campesinato e a democratização da renda e da riqueza no campo**. Curitiba: ed., 2005.

CARVALHO, Keila Lúcio. A gênese da economia solidária em tempos de crise do capital. Disponível em: < <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT12-09.pdf> >. Acesso em 03 de dez. 2013.

CEDASB. **Tecnologias Sociais de captação de água da chuva para produção de alimentos**. Folder produzido pela Assessoria de comunicação do CEDASB. 2013. Tiragem 1.000.

CEDASB. **Tecnologias Sociais para colher e guardar água da chuva**. Folder produzido pela Assessoria de comunicação do CEDASB. 2013. Tiragem 1.000.

CONTI, Irio Luiz & SCHROEDER, Edni Oscar (org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. “Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da Economia Solidária em questão (Precisões e complemento)”. **Organização e Sociedade**, n. 20, v. 8, Salvador: EAUFBA, jan/abr, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação**. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2041/6910> >. Acesso em 27 de jun. de 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/1NXC> >. Acesso em 09 de abril de 2014.

LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: Um movimento internacional**. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL\\_Laville\\_RCCS\\_84.pdf](http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf)>. Acesso em 01 de dez. 2013.

LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária, a Perspectiva Europeia**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a04.pdf>>. Acesso em 01 de dez. 2013.

LÉVESQUE, Benoît. *Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia*. **Revista Política e Sociedade**. Nº 14, Florianópolis: UFSC, abril de 2009, p. 107 – 144.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido - uma visão holística**. Brasília: Pensar Brasil, 2007.

MARTINS, A. E. P. C. **A Grande Transformação: alcance e actualidade da obra de Karl Polanyi**. Disponível em: < [http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/artigo\\_valeria\\_vinha\\_rev.economica.pdf](http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/artigo_valeria_vinha_rev.economica.pdf) >. Acesso em 30 de nov. de 2013.

MATALLO JÚNIOR, Heitor. **Indicadores de Desertificação: histórico e perspectivas**. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001298/129871por.pdf> >. Acesso em 27 de jun. de 2014.

MEDEIROS, Salomão de Sousa [et al.]. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Campina Grande: INSA, 2012.

MORAIS, Leandro & BORGES, Adriano. **Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras**. São Paulo: Instituto Pólis, 2010.

NEVES, José Luiz. *Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades*. **Caderno de Pesquisa em Administração FEA - USP**. Vol. 1, nº 3; São Paulo: FEA/USP, 2º sem./1996.

PEREIRA JÚNIOR, José de Sena. **Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2007.

POLANY, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

\_\_\_\_\_. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 384 p. 23 cm.

REDESAN. **Tecnologias Sociais para a convivência com o semiárido**. Série estocagem de água para produção de alimentos. Disponível em : < [http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf\\_bib.php?COD\\_ARQUIVO=10520](http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=10520) >. Acesso em 11 de abril de 2014.

SILVA, Edna Lúcia da & MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Fabiano André Gonçalves [et al]. **Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do Povoado Cruz (Currais Novos/RN)**. Disponível em: < <http://revistas.facecla.com.br/index.php/recadm/article/view/826> >. Acesso em 27 de jun. de 2014.

SILVA, Leandra Pereira da. Experiência da ASA na Convivência com o Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz & SCHROEDER, Edni Oscar (org.) **Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro: Textos e Artigos de Alunos(as) Participantes**. Brasília-DF: Editora IABS, 2013. p. 141-150.

SILVA, Roberto Marinho Alves. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007, p 466-485.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. (Coleção Os Economistas), v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, Suzane Tosta & SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos Santos (org.). **Leituras sobre a relação estado-capital-trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

VINHA, Valéria. **Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma Aplicação Contemporânea do Conceito do Enraizamento Social**. Disponível em: < [http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/artigo\\_valeria\\_vinha\\_rev.economica.pdf](http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/artigo_valeria_vinha_rev.economica.pdf) >. Acesso em 27 de jun. de 2014.